

# EXTRA

## CLASSE-ORG-BR

ANO 29 | Nº 277 | MAIO E JUNHO DE 2024

### ENTREVISTA

O médico Luiz Santini  
passa a limpo o sistema  
público de saúde

### AMBIENTE

Governo gaúcho  
descumpre legislação  
sobre gestão das águas

Foto: Igor Sperotto



## Omissão, negacionismo e a enchente que devastou o RS

O desastre ambiental que atingiu o estado no início de maio é o resultado de uma explosiva mistura de especulação imobiliária, negligência, omissão, negacionismo climático e incapacidade de articulação e prevenção por parte do poder público

## 04 ENTREVISTA

Luiz Antonio Santini: "O Brasil é o único país do mundo com um sistema de saúde ao qual todas as pessoas têm acesso"

## 07 WEISSHEIMER

O "X" de Elon Musk versus Estado Democrático de Direito

## 08 EDUCAÇÃO

Cursos de Medicina, o novo Eldorado das instituições de ensino privado

## 11 ROLIM

PEC 45, o Brasil em direção ao passado

## 12 ESPECIAL

Dez dias de flagelo em uma tragédia anunciada no Rio Grande do Sul

## 16 AMBIENTE

Governo gaúcho não cumpre legislação sobre gestão das águas

## 18 ENSINO PRIVADO

Negociações coletivas da educação básica e superior ainda sem consenso

## 22 MOVIMENTO

Indígenas e quilombolas recebem doações do projeto Professores Solidários

## 24 ARTE +

Patrimônio da cultura brasileira, Choro também faz história no RS

# EDITORIAL

## Flagelo e negacionismo

Entre o jacaré da enchente no bairro Menino Deus, em Porto Alegre, o cavalo que foi parar em cima de um telhado na Mathias Velho, em Canoas, em meio à chuvarada e as aparições consternadas de governantes midiáticos, a cobertura da imprensa aos primeiros dez dias de flagelo no Sul vem comovendo os gaúchos e brasileiros país afora.

A partir do final de abril e durante os primeiros dias de maio, o Rio Grande do Sul vem sendo devastado por mais um fenômeno climático extremo, que segue provocando mortes e destruição. Depois de quase uma semana de chuvas ininterruptas, mais de 80% dos municípios gaúchos foram impactados pelas enchentes, que atingiram quase 2 milhões de pessoas, provocando mais de uma centena de mortes.

É comovente a rede de solidariedade e amparo às vítimas da enchente, assim como conforta a todos a compaixão desenfreada pelos animais atingidos pela tragédia. Mas é preciso lembrar que o desastre, mais do que um fenômeno natural ou uma fatalidade, tem a ver com ações deliberadas, como a ocupação desordenada do solo, negligência, omissão, negacionismo climático e uma imensa incapacidade de articulação e prevenção por parte de governantes.

## Gestão das águas

Embora tenha sido o pioneiro na legislação sobre o gerenciamento dos recursos hídricos, o Rio Grande do Sul ficou para trás na implementação da lei e ignora o preceito constitucional dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Sendo uma das diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, esse fórum específico incorpora vários aspectos que deveriam ser considerados pelo governo do estado. São políticas que poderiam minimizar os efeitos das enchentes que castigam o RS de forma mais intensa desde o ano passado e que estão relacionadas à gestão de oferta hídrica, a ações emergenciais de eventos críticos, ao zoneamento de áreas inundáveis e à ampliação e operação de sistema de alerta contra cheias.

Na entrevista da edição, o médico Luiz Antonio Santini, que combateu a corrupção no antigo Inamps e modernizou a sua gestão, apresenta um diagnóstico da saúde pública no Brasil. Santini recém lançou, em coautoria com o historiador Clóvis Bulcão, o livro *SUS: Uma biografia* (Editora Record), no qual os autores passam a limpo essa que é a mais importante conquista da sociedade brasileira.

Confira também: Arte +, Luis Fernando Verissimo, Marcos Rolim, Marco Weissheimer, Fraga, Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago.

*Nota: Devido ao comprometimento dos serviços de impressão e distribuição, a edição de Maio/Junho do Jornal Extra Classe será disponibilizada em formato PDF e flip no site [www.extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br).*



Boa leitura!



Redação: [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de Fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Elstor Hanzen, Marcelo Menna Barreto, Pedro Nakamura e Sílvia Marcuzzo

Estagiária em Jornalismo: Bárbara de Oliveira Neves

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

[extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

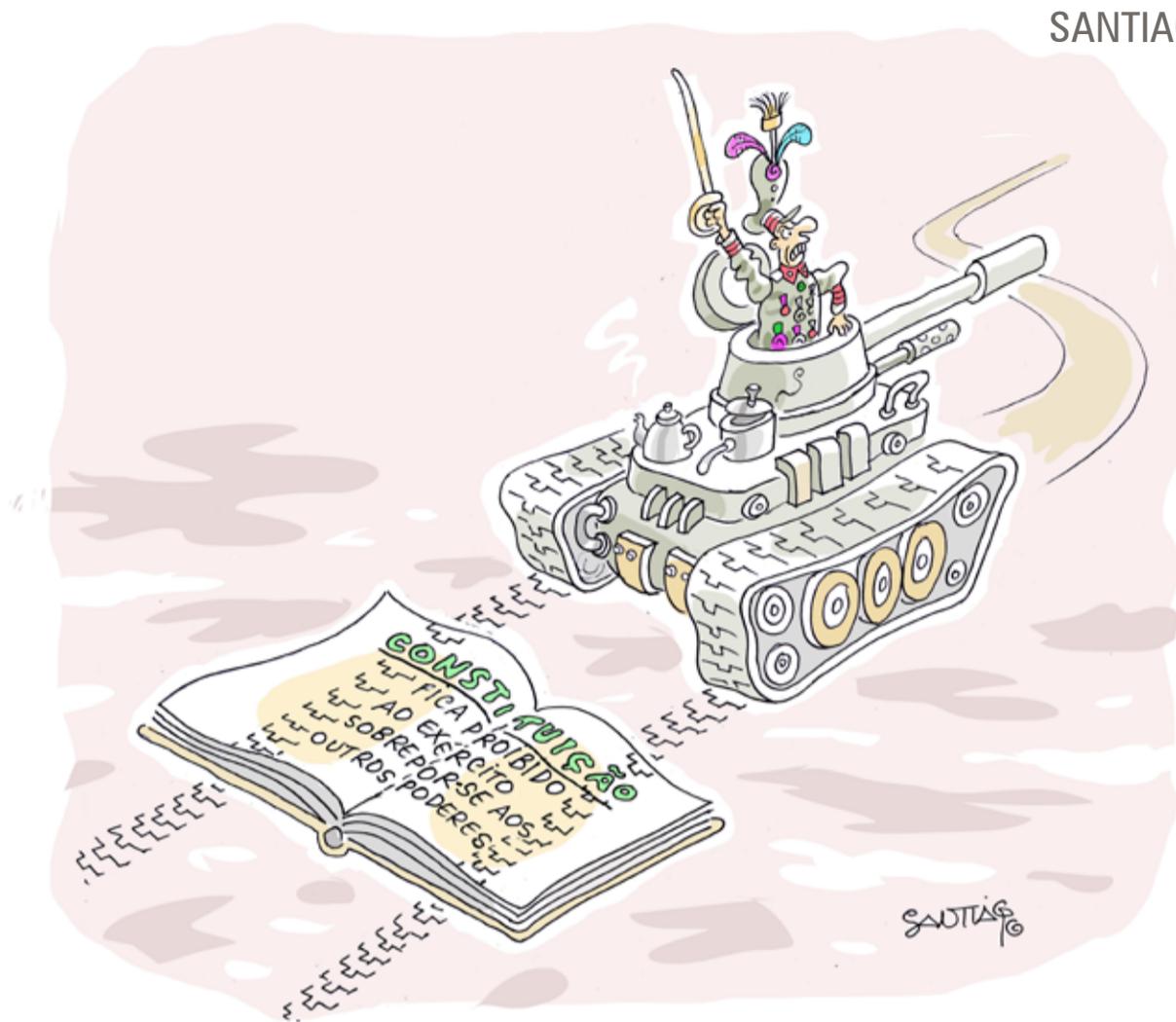
[extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

## Obesidade e fome

Além do aumento da obesidade relacionado ao consumo de alimentos ultraprocessados, o Brasil enfrenta a fome. Estudo do Instituto Fome Zero revela que o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave no Brasil chegou a 20 milhões no quarto trimestre do ano passado. Apesar de estar aumentando a prevalência da obesidade, o país vive a dupla carga de má nutrição: prevalência de crianças desnutridas e de crianças com obesidade.

## Excesso de peso

Pesquisadores da Fiocruz e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) compararam os primeiros seis anos de vida de dois grupos de crianças nascidas de 2001 a 2007 e de 2008 a 2014 e constataram um aumento da prevalência de excesso de peso de 3,2% entre os meninos e 2,7% entre as meninas. No caso da obesidade, a prevalência entre os meninos passou de 11,1% no primeiro grupo para 13,8% no segundo grupo, o que significa aumento de 2,7%. Entre as meninas, a taxa aumentou de 9,1% para 11,2%, acréscimo de 2,1%.



## Crianças brasileiras estão mais altas e mais obesas

Um estudo divulgado no início de abril por pesquisadores do Centro de Integração de Dados e Conhecimento para Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Cidacs/Fiocruz Bahia), em colaboração com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a University College London, revelou que as crianças brasileiras estão mais altas e mais obesas. Entre 2001 e 2014, a estatura infantil, em média, aumentou um centímetro. A prevalência de excesso de peso e obesidade também teve aumento, de 3% entre os grupos analisados.

A pesquisa foi publicada na revista *The Lancet Regional Health - America* e baseou-se na observação das medidas de mais de 5 milhões de crianças brasileiras. Segundo os pesquisadores, tais resultados indicam que o Brasil, assim como os demais países em todo o mundo, está longe de atingir a meta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de deter o aumento da prevalência da obesidade até 2030.

Para a pesquisadora associada ao Cidacs/

Fiocruz Bahia e líder da investigação, Carolina Vieira, a obesidade infantil é alarmante. Tanto o sobrepeso quanto a obesidade referem-se ao acúmulo excessivo de gordura corporal. A obesidade é fator de risco para enfermidades, como doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão e alguns tipos de câncer.

“Tem estudos que indicam que a criança que vive com obesidade aumenta a chance de persistir com essa doença durante todo o ciclo da vida dela”, alerta Carolina. “Em termos de saúde pública, pensamos que a carga dessas doenças crônicas não transmissíveis e os custos associados à obesidade aumentam ao longo do tempo. Então, é necessária uma ação efetiva e coordenada, porque, senão, as repercussões dessa doença para a saúde pública nos próximos anos serão bem alarmantes.”

O estudo analisou dados de 5.750.214 crianças, de 3 a 10 anos, que constam no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Fe-

deral (CadÚnico), no Sistema de Informação de Nascidos Vivos (Sinasc) e no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan). Isso possibilitou uma análise longitudinal, ou seja, ao longo da vida de cada uma das crianças, por meio de informações coletadas no decorrer dos anos.



Alimentação saudável contra a fome e a obesidade: primeira entrega de produtos pelo Programa de Aquisição de Alimentos aos projetos sociais Sacolão Popular e Pastoral do Povo de Rua, do Padre Júlio Lancelotti, em fevereiro deste ano, em São Paulo



Notícia e informação têm bastante, mas pensadas para você, só têm aqui.

Educação | Economia | Política | Saúde | Justiça | Opinião...  
Acesse e saiba sempre muito mais!

extraclasse.org.br

SINPRO/RS

# O SUS é subfinanciado, precisa evoluir, mas é um sistema que dá certo



Foto: Lincoln Xavier/CEEF/Fluoruz



Foto: Leonardo Savaris

por Marcelo Menna Barreto

“A pandemia fez com que a sociedade brasileira se desse conta da importância e passasse a defender o sistema de saúde pública, mas à medida que nos distanciamos, voltam as críticas ao velho sistema”, avalia o médico Luiz Antonio Santini. Em coautoria com o historiador Clóvis Bulcão, Santini passa a limpo a história desta que é a principal conquista da sociedade brasileira, no livro *SUS: Uma biografia* (Record, 350 p., 2024). Santini, que participou da construção do SUS e foi gestor do Inamps, afirma nesta entrevista que a gestão compartilhada entre União, estados e municípios blindou a saúde pública contra as ações desastradas do governo anterior durante a pandemia. “A gestão tripartite foi o que sustentou a viabilidade do enfrentamento da covid e mostrou para a população a importância do SUS. Muitos desacreditavam do sistema porque não conheciam a sua eficácia e eram usuários sem saber.” O Brasil é o único país do mundo com um sistema de saúde ao qual todas as pessoas têm acesso, dos serviços básicos à alta complexidade, defende o médico e pesquisador. Atualmente, ninguém tem coragem de se declarar abertamente contra o SUS, mas o sistema público de saúde é uma coisa que dá certo, apesar de subfinanciado, resume.

**Extra Classe – Há uma declaração do ex-presidente do Banco Central e presidente do Conselho do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, Armínio Fraga, ao apresentar seu livro: “O Brasil tem tido muitas dificuldades em reforçar o que dá certo em detrimento do que dá errado”. Em síntese, o que tem dado certo no SUS?**

**Luiz Antonio Santini** – É importante essa declaração do Armínio, um economista liberal renomado. Normalmente, esses personagens não têm posições muito favoráveis aos sistemas públicos de saúde. Ele tem estudado o assunto e mostra que investimento em saúde não é apenas gasto, mas investimento que melhora as condições de vida e impulsiona a economia. O próprio SUS é um ativo econômico, compra serviços, compra produtos, compra tecnologia. Então, ele deu certo também por isso. Mas destaca-se a universalidade. O Brasil é o único país do mundo com mais de 100 milhões de habitantes que tem um sistema de saúde ao qual todas as pessoas têm acesso, dos serviços básicos até a alta complexidade. O sucesso na atenção básica se vê na erradicação de doenças como a varíola, o sarampo e a poliomielite, um motivo de orgulho.

**EC – O que está dando errado e precisa ser corrigido?**

**Santini** – O SUS é subfinanciado. Quem trabalha na área da saúde sabe disso. Muitas vezes, as dificuldades que as pessoas enfrentam para ter melhor acesso ao sistema, melhor acesso a exames de diagnóstico e tratamento em tempo adequado são exatamente pela falta de financiamento. Um sistema de saúde está em permanente evolução e em permanente modificação das suas necessidades. Por exemplo, a população brasileira está envelhecendo e isso significa que nós vamos ter mais velhos do que nascidos na população brasileira nos próximos anos. Portanto, vamos ter mais doenças crônicas, mais necessidades de ações de saúde pública. Então, também precisamos avançar mais na questão da prevenção. Tivemos uma vitória na luta contra o tabagismo, mas, hoje, está aumentando o número de pessoas obesas,

especialmente crianças. Tudo isso, obviamente, tem impacto na saúde das pessoas e no custo do sistema.

**EC – O senhor falou da demora em exames e atendimento de especialistas. Seria esse o gargalo do sistema ou há outras questões não tão perceptíveis?**

**Santini** – Em muitas doenças como o câncer, o acesso ao tratamento adequado é crucial e depende do tempo entre o diagnóstico e a terapia. É muito importante, sim, mas, além da questão do financiamento, há fatores que também impactam. Por exemplo, o modelo nosso da municipalização, fundamental para que o SUS alcançasse o que alcançou, é um modelo relativamente insuficiente do ponto de vista da organização da oferta de serviços. O Brasil tem mais de 5,5 mil municípios e a maioria desses tem menos de 10 mil habitantes. Então, a oferta de serviço por parte dos municípios não corresponde a todas as necessidades.

**EC – Como resolver?**

**Santini** – Com uma organização regional dos serviços. Como o município, muitas vezes, não dá conta, seria preciso que o ente federativo, o estado ou os próprios municípios, através de consórcios, se organizassem para aumentar a oferta de serviços especializados para diagnóstico. Esse é um problema que o sistema ainda tem, de modelo de gestão.

**EC – E a questão da corrupção?**

**Santini** – A corrupção é um problema recorrente que não está limitado ao SUS, mas reflete questões sociais mais amplas. Não se pode tratar a questão da corrupção com um discurso moralista. O problema deve ser abordado com mecanismos de controle e punição adequados. A gestão de grandes volumes de recursos sempre traz riscos de corrupção e é uma luta permanente. É essencial uma abordagem sistemática e contínua para evitar desvios. O livro mostra que, antes da existência do SUS, no tempo do Inamps, a corrupção era desenfreada, a ponto de, mesmo durante a ditadura, ter sido necessária uma intervenção para poder sanear a questão.

**EC – Poucos exemplos como a da pandemia demonstram o quanto foi importante a gestão tripartite do SUS (União, estados e municípios), o que ajudou a blindar o sistema em relação ao negacionismo de Bolsonaro. Como se deu essa concepção?**

**Santini** – Essa concepção é uma coisa muito interessante. Não tem similar também. O SUS é um sistema único e singular, resultado de um contexto histórico complexo. Um dos componentes foi justamente a luta pela democracia. Quando houve a crise do Inamps nos anos 1970, com denúncias de fraudes para tudo quanto é lado, houve uma perda enorme de recursos, que fez o então presidente da República, general João Figueiredo, intervir. O professor Aloysio de Salles da Fonseca, um médico renomado, foi chamado para liderar a reforma. Ele, junto com o Conselho Nacional de Saúde Previdenciária (Conasp), propôs convênios entre o governo federal e os municípios para reduzir custos e fortalecer a Previdência. A adesão dos municípios impulsionou a municipalização da saúde, evidenciando a importância dos governos municipais na gestão pública.

**EC – O protagonismo dos municípios começa aí?**

**Santini** – Tanto é que a Coordenação Nacional dos Secretários Municipais de Saúde foi criada antes da Coordenação dos Estados. Os municípios engajaram-se mais na luta pela saúde pública, antes dos estados. Isso, por um lado, leva àquele problema que eu falei antes: o da dificuldade da regionalização. A maioria dos estados não assumiu um papel protagonista na condução do SUS. Sem dúvida nenhuma, o pilar mais importante da gestão tripartite tem sido a municipalização. A participação dos estados só mais recentemente é que vem se intensificando e se ajustando.

**EC – Por que a gestão tripartite fez a diferença na pandemia?**

**Santini** – A gestão tripartite foi o que sustentou a viabilidade do enfrentamento da pandemia da covid e foi o que mostrou para a maioria da população a importância do Sistema Único de Saúde. Muitas pessoas descreditavam do sistema

**“Os inimigos da saúde pública são os que têm interesses econômicos dentro do sistema, que não estão alinhados com os objetivos do SUS”**

porque não conheciam a eficácia dele e eram usuários sem saber. Por exemplo, usuáries através do programa de vacinação, usuáries através da vigilância sanitária, usuáries através da vigilância epidemiológica que produz os dados de saúde pública para que haja intervenção das ações. Então, as pessoas não sabiam nada disso. A pandemia criou essa oportunidade, digamos assim, de fazer com que a sociedade brasileira se desse conta da importância desse sistema e passasse a defender o sistema. Mas, na verdade, à medida que a gente vai se afastando desse episódio, voltam a acontecer críticas ao velho modelo. Por isso é que a resposta do SUS tem que ser muito rápida, para corrigir certas deficiências.

**EC – O principal inimigo do conceito de Saúde enquanto dever do Estado na Constituinte foi o deputado Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Mais tarde, o presidente Fernando Collor de Mello tentou vetar importantes partes da lei que regulamentava o SUS em 1990. Hoje, quem são os inimigos do SUS?**

**Santini** – Olha, hoje, neste momento, ninguém mais tem coragem de se declarar contra o Sistema Único de Saúde. O Roberto Jefferson era o principal agente da corrupção e, portanto, absolutamente contra porque o SUS ia tirar poder. Muitos outros eram contra, mas ele era o porta-voz. Eu diria que os inimigos do SUS hoje são, basicamente, os que têm interesses econômicos dentro do sistema, que não estão alinhados com os objetivos do SUS. Então, por exemplo, as empresas médicas, elas não são inimigas do SUS, desde que não haja competição entre o SUS e os seus interesses. Na verdade, o que há hoje é um desbalanceamento de interesses. O setor privado, em princípio, não é inimigo do SUS; no entanto, dispu-

## ENTREVISTA

ta inserções em determinadas atividades que são próprias do sistema. Os empresários não dificultam a existência do SUS; eles apenas oferecem uma alternativa. Mas aí tem uma contradição muito grande. Trabalhadores, inclusive trabalhadores da saúde, têm planos privados. Isso traz uma ambiguidade na hora de lutar pelo sistema.

**EC – O livro relata que, além do empenho de Ulysses Guimarães e de partidos de esquerda, a participação do Centrão na época da Constituinte foi fundamental para que fosse incluído na Constituição o conceito de Saúde como direito de todos e dever do Estado, contra a vontade do Centrão da época. Na sua opinião, além dos óbvios aspectos fisiológicos, o que diferencia o Centrão de hoje do bloco que fez lobby contra o SUS na Constituinte?**

**Santini** – Na época da transição para o SUS, o “Centrão” não era como o de hoje, mas representava uma visão liberal entre a esquerda e a direita. Figuras como Carlos Santana e Roberto Santos foram cruciais para equilibrar as propostas de estatização completa da saúde, defendida por alguns setores da esquerda, e a universalização do sistema. Enquanto o “Centrão” daquela época buscava uma abordagem mais equilibrada, figuras

como Roberto Jefferson representavam a corrupção e eram contra o sistema público de saúde. Assim, o “Centrão” da saúde era composto por indivíduos com pensamento liberal, que atuaram como fatores de equilíbrio na transformação do sistema de saúde brasileiro.

**EC – O livro fala de um partido sanitarista que acabou fazendo uma grande mobilização da sociedade. Como se deu essa articulação exitosa?**

**Santini** – Esse é um ponto muito importante. Não foi uma coisa casual, foi uma estratégia. Na época da criação do SUS, o chamado Partido Sanitarista surgiu como uma articulação entre diversos pensamentos, incluindo da esquerda e liberais da saúde, que defendiam a saúde como bem público. Algumas organizações ajudaram a construir um núcleo de pensamento comum, como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva. A 8ª Conferência Nacional de Saúde foi uma iniciativa que envolveu a população na discussão sobre o sistema de saúde do Brasil. Mobilizaram-se os Conselhos Municipais de Saúde e houve articulação com artistas, jornalistas, formadores de opinião. O processo incluiu a Comissão Nacional da Reforma Sanitária e mobilização nos estados.

**EC – Teve até personagem da novela Roque Santeiro, o padre Albano, vivido por Cláudio Cavalcanti, falando sobre a importância de participar da 8ª Conferência Nacional de Saúde e exercer pressão sobre os constituintes.**

**Santini** – O Sérgio Arouca, que era presidente da Fiocruz, tinha uma grande capacidade política e uma visão extraordinária do sistema de saúde. Cristina Tavares, que era assessora de comunicação dele, tinha uma grande visão e uma capacidade de se articular na sociedade. Foi ela, por exemplo, que procurou o Agnaldo Silva e o convenceu a colocar na novela *Roque Santeiro* uma convocação para 8ª Conferência. Foi algo totalmente inédito. Viu-se na novela da TV Globo o padre convocar as pessoas para a Conferência Nacional de Saúde. Todas essas frentes de articulação de base acabaram atraindo 5 mil participantes. A expectativa eram 2 mil e isso exigiu uma organização meticulosa para garantir a participação efetiva de todos. As votações foram realizadas com 5 mil pessoas no estádio Nilson Nelson, em Brasília. Então, foi maravilhoso. Uma das coisas mais bonitas que eu já vi na minha vida.

**EC – Para finalizar, em tempos de redes sociais poderosas, com predomínio técnico de setores da**

**direita e de interesses da indústria da saúde, o senhor acredita ser possível novamente mobilizar forças para avançar mais na universalização da saúde brasileira?**

**Santini** – Olha, eu não sei se acredito; eu espero, desejo. Agora, eu acho difícil. O Ministério da Saúde hoje não tem uma estratégia ainda definida para isso. E eu não estou dizendo que seja fácil. Estou dizendo que não possui. Tanto é que a ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, uma pessoa competente como ela é, que tem uma visão absolutamente clara de tudo isso que nós falamos aqui, até mais do que isso, porque é uma socióloga que pensa sobre a saúde há muitos anos, que trabalha com essa questão há muitos anos, na comunicação da sua pasta não está correspondendo a esse desafio de enfrentamento que precisa ter. Um exemplo claro é a questão da vacina. Os negacionistas foram tão fortes que derrubaram a cobertura vacinal no país. Hoje, vacinas que nós tínhamos 95% de cobertura estão com 40%. Então, eles estão ganhando. Na comunicação, essa direita, esses grupos estão ganhando do Ministério. A gente precisa ter uma estratégia para isso. Não é fácil, mas é uma tarefa importante de comunicação que tem que ser retomada, sem dúvida nenhuma.

Escritório credenciado:  
**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

# EDUCAR É UM OFÍCIO TRANSFORMADOR.

Neste mês do trabalhador, nossa homenagem a quem ensina.

Para saber mais sobre seus direitos previdenciários, trabalhistas e cíveis, conte com nossa experiência de 27 anos na defesa dos professores do Ensino Privado. **Entre em contato através do WhatsApp:**

**51 3237.2791\***

\* WhatsApp exclusivo para mensagens de texto.



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

## "X" versus Estado Democrático de Direito

*"Sem fatos, não podemos ter verdade. Sem verdade, não podemos ter confiança. Sem confiança, não temos uma realidade compartilhada, não há democracia, e torna-se impossível lidar com os problemas existenciais do nosso mundo"*



Esse trecho do discurso da jornalista filipina Maria Ressa, ganhadora do Nobel da Paz em 2021, abre a ação civil pública coletiva estrutural, movida pela Defensoria Pública da União (DPU), Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro) e pelo Instituto Fiscalização e Controle contra a X Brasil Internet Ltda., Twitter International Unlimited Company e X Company, por "violações graves ao Estado Democrático de Direito Brasileiro, sobretudo diante da incitação ao descumprimento de decisões judiciais".

O conceito de ação coletiva estrutural refere-se a um tipo de litígio que demanda soluções judiciais para problemas sistêmicos ou estruturais na sociedade. Esses processos – destacam as partes autoras da iniciativa – visam não apenas à resolução de casos individuais, mas buscam também alterações mais amplas em práticas, condutas ou estruturas organizacionais para implementar a tutela de direitos fundamentais e promover políticas públicas efetivas.

Segundo a petição inicial da ação, movida junto à 20ª Vara da

Justiça Federal do Distrito Federal, "essas violações se corporificam em uma série de postagens realizadas na plataforma X, as quais desafiam decisões judiciais brasileiras, subvertem o princípio da soberania e atentam contra a ordem pública e democrática, utilizando-se do poder econômico e dos meios de comunicação para desprezar as leis, as instituições e o Poder Judiciário brasileiro". A ação é fundamentada na Lei nº 7.347/1985, a qual disciplina a Ação Coletiva Estrutural, sob a forma genérica da ação civil pública, objetivando a proteção de interesses difusos e coletivos e a reparação dos danos causados à coletividade.

As partes autoras da ação civil pública pedem que se imponha aos réus "a exclusão permanente das publicações ofensivas à ordem jurídica brasileira, a implantação de mecanismos de controle que impeçam a reiteração da conduta e a imposição de sanções à plataforma para assegurar o efetivo cumprimento das medidas judiciais".

A ação movida contra a empresa X, sob a propriedade de Elon Musk, é fundamentada em dois pi-

lares. Em primeiro lugar, cita a desinformação veiculada, a evidente partidarização da plataforma e a divulgação de declarações que configuram crimes, segundo a legislação brasileira. "Essas práticas não apenas afrontam, mas também buscam desestabilizar a democracia brasileira, que foi recentemente submetida a graves ataques, incluindo atos violentos, como a destruição das sedes da Presidência da República e do Supremo Tribunal Federal", afirma.

No início de abril, Elon Musk (presidente-executivo e CTO da plataforma) utilizou do seu perfil de proprietário do X para criticar o Estado Democrático de Direito brasileiro, insurgindo-se contra decisões judiciais tomadas pelo STF. No dia 6 de abril, Elon Musk afirmou, em resposta a uma postagem realizada pelo ministro Alexandre de Moraes, em sua conta pessoal no X: "Por que você está exigindo tanta censura no Brasil?". Na ocasião, Musk anunciou a determinação que deu para a remoção de todas as restrições determinadas por decisões judiciais no Brasil.

Em segundo lugar, a ação

aponta as mudanças administrativas ocorridas após a aquisição da rede social X por Elon Musk, as quais incluíram uma drástica redução na equipe de moderadores das postagens. "Esta ação reflete uma desconsideração flagrante pela gravidade e pelas consequências dos discursos de ódio disseminados na plataforma, incluindo os ódios político e racial. Tal postura foi corroborada por pesquisas independentes realizadas nos Estados Unidos, que evidenciaram a falha da plataforma em moderar adequadamente conteúdos nocivos e discriminatórios", sustenta.

A ação busca "responsabilizar a empresa X pelas falhas em sua operação e pela violação das normas jurídicas brasileiras, mas também compeli-la a adotar medidas eficazes de moderação que assegurem a proteção dos direitos fundamentais e a estabilidade democrática do Brasil". Além disso, pede que a empresa seja condenada ao pagamento de indenização por dano moral coletivo e dano moral social no valor de um bilhão de reais.

# À aposta do ensino privado no bilionário mercado dos cursos de Medicina



Alunos simulam atendimento em laboratório do Curso de Medicina da Universidade de Gurupi (UnirG)

por Pedro Nakamura

*A abertura de novas graduações médicas está suspensa até que o Supremo Tribunal Federal avalie a constitucionalidade das chamadas públicas da Lei do Mais Médicos, que é alvo de disputa entre grandes grupos de educação e instituições comunitárias. O que está em jogo é um mercado que fatura mais de R\$ 312 bilhões por ano. No Rio Grande do Sul, 13 das 20 instituições que tiveram cursos de Medicina autorizados pelo MEC são do setor privado, que detém mais de 60% das matrículas e cobra mensalidades de até R\$ 15 mil*

Uma disputa judicial em torno do bilionário mercado dos cursos de Medicina avança no Supremo Tribunal Federal (STF) em meio a críticas de entidades médicas, que pedem mais foco na qualidade de hospitais e postos de saúde, e menos na quantidade de profissionais.

Hoje, o país soma mais de 572 mil profissionais, segundo a Demografia Médica de 2024, a maior média da história nacional. Um aumento que não solucionou desigualdades regionais, como a falta de médicos no interior, problema que políticas para novos cursos previstas na Lei do Mais Médicos tentaram solucionar, sem sucesso.

Só a capital do Espírito Santo, Vitória, tem uma densidade de 18,6 médicos por mil habitantes,

enquanto o interior do Amazonas tem 0,2 profissional a cada mil pessoas, por exemplo. Em paralelo, só entre 2018 e 2021, as matrículas de novos cursos injetaram até R\$ 312,6 bilhões anuais ao setor.

No segmento educacional, esse debate chegou ao STF contrapondo grupos privados e instituições comunitárias interessadas nessa fatia de mercado: a Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), os quais moveram ações opostas na corte.

Aula simulada do curso de medicina do Centro Universitário Serra dos Órgãos (Feso), do Rio de Janeiro

Foto: Reprodução



## Setor dividido

Enquanto a Anup pede que se cumpra a Lei do Mais Médicos, em que a abertura de novos cursos deve seguir as chamadas públicas abertas pelo Ministério da

Educação (MEC), o Crub afirma que a norma é inconstitucional e que esses editais beneficiam grandes grupos, em detrimento das instituições comunitárias.

Foto: Ascom/Cremers



Enquanto isso, ninguém fala em abrir mais leitos ou qualificar a saúde em regiões críticas, lamenta Eduardo Trindade, do Cremers

## STF julga novas graduações

No âmbito do embate entre Anup e Crub no STF, em agosto de 2023 a Corte impediu liminarmente a abertura de novas graduações pela via judicial, enquanto uma decisão final não chega.

Ainda assim, só a liminar já freia a intensa judicialização que

afetou o setor nos últimos anos, sobretudo após uma moratória imposta pelo governo Temer, ainda em 2018, a qual impedia o MEC de avaliar novos cursos. Um edital aberto em outubro pela pasta prevê um limite de quatro novos cursos e 240 vagas para o

Rio Grande do Sul.

Apesar disso, da gestão Temer até a liminar de Gilmar Mendes, surgiram mais de 300 ações pela abertura de novos cursos de Medicina pela via judicial no país inteiro, segundo uma lista da Advocacia-Geral da União (AGU). Em

Apesar do conflito, ambas as entidades dividem as mesmas faculdades entre algumas de suas associadas. “No próprio setor brigam entre si, sobre quem pode abrir e quem não pode”, critica o médico cirurgião Eduardo Trindade, presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (Cremers).

Só no Rio Grande do Sul, são 20 instituições com cursos de Medicina autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), 13 delas privadas, de acordo com consulta do *Extra Classe* à plataforma e-Mec.

As instituições com curso de Medicina autorizado pelo MEC são as privadas sem fins lucrativos: UCS; Unisinos; UCPel; UPF; PUCRS; Feevale; Unisc; URI; UFN; Ulbra; Unijuí, Univates; a privada com fim lucrativo Imed e as públicas federais Furg; Ufgrs; UFSM; UFPel; UFCSPA, Unipampa, UFFS.

O total é de 1.863 vagas anuais

no estado, 63% delas no ensino particular, onde a média das mensalidades é de cerca de R\$ 9,75 mil para calouros, mas pode passar dos R\$ 15 mil nos anos finais de graduação.

Trindade lembra que, enquanto isso, hospitais de municípios como Canoas e Uruguaiana enfrentam seguidas crises sem que se discutam investimentos em mais leitos ou na qualificação da assistência. Muitas vezes, são as unidades deficitárias que contratam os recém-formados para atender em emergências ou postos de saúde, que deveriam requerer mais experiência, diz o presidente do Cremers.

“Como as universidades perderam muito dinheiro com o ensino a distância, o único curso com procura grande ainda é a Medicina, que tem mensalidades entre R\$ 8 mil e R\$ 12 mil. Então, as instituições querem se capitalizar com a formação médica”, deduz.

cerca de 180 desses processos, juízes deram razão a instituições particulares.

Foi o caso, por exemplo, da Ulbra, que, no ano passado, garantiu na Justiça uma autorização para abrir 480 novas vagas no estado à revelia do MEC. A deci-

são foi suspensa semanas depois pela Justiça.

“Quando olhamos a distribuição dessas ações, 75% delas estão em grandes centros, regiões metropolitanas, e só o resto em áreas deficitárias pela ótica de concentração de médicos”, explica a advogada Antonella Consentino, que assessora a Anup em sua ação no STF.

A associação pede à Suprema Corte que a Lei do Mais Médicos

seja cumprida à risca, já que a política pública exige que novos cursos sejam abertos apenas onde há déficit de profissionais, o que não é o caso das capitais brasileiras. “Há um viés de mercado e de oportunidade para se abrir cursos em grandes centros”, critica Antonella.

Camilo Santana, do MEC, e Nísia Trindade, da Saúde, no lançamento do edital dos cursos de Medicina no país, em 2023

Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



## Processos via MEC continuam

Embora mire a judicialização, a suspensão do STF não alcança processos administrativos que já tramitam no MEC. Na liminar, o relator do caso, ministro Gilmar Mendes, permitiu que o ministério

mantivesse a análise dos pedidos que cumprem as normas da pasta.

Até o ano passado, só o Rio Grande do Sul somava 15 desses pedidos por novos cursos de instituições gaúchas, a maior parte

deles na Região Metropolitana e na Serra Gaúcha. O Cremers informou ao *Extra Classe* não ter notícia do avanço de nenhum deles. Já o MEC não respondeu às tentativas de contato da reportagem.

Entre março de 2022 e maio deste ano, essas foram as instituições que solicitaram ao MEC autorização para abertura de cursos de Medicina: Faculdade de Ciências da Saúde Moinhos de Vento; Universidade do Vale do Taquari (Lajeado); Ritter dos Reis (Porto Alegre); Centro Universitário da Serra Gaúcha (Caxias do Sul); Faculdade Dom Alberto (Santa Cruz do Sul); Cesuca (Cachoeirinha); Uniftec (Bento Gonçalves e Caxias do Sul); Ulbra (Porto Alegre, Gravataí e São Jerônimo); Anhanguera e Ideau (Caxias do Sul), Estácio (Porto Alegre) e Ideau (Getúlio Vargas).

Em meio a isso, o Crub aguarda

da a avaliação do STF sobre sua ação contra a constitucionalidade da chamada pública do MEC. Isso porque os editais tendem a beneficiar grandes grupos e a excluir pequenas e médias faculdades, afirma o reitor da Unochapeco, Cláudio Jacoski, presidente da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Abruc).

“Há um histórico de editais mostrando que grandes corporações sempre tiveram vantagem para acessar as vagas de Medicina de uma forma diferenciada às comunitárias, que têm outro perfil, que nascem da própria comunidade”, declara Jacoski.

Até o momento, o “placar” está três a um a favor do pedido da Anup, mas um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes em fevereiro parou o julgamento, o qual agora depende do voto dele para continuar.

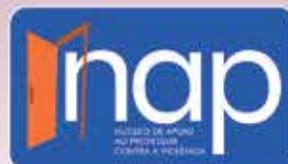


Foto: Abnuc/Divulgação

Grandes corporações de ensino sempre foram privilegiadas em detrimento das instituições comunitárias, aponta Cláudio Jacoski, da Abruc

## Acolhimento, sigilo e atitude. Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.





# PEC 45, o Brasil em direção ao passado

*O Senado aprovou, por ampla maioria, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45/2023) que criminaliza a posse e o porte de qualquer quantidade de droga ilegal. A matéria terá que ser ainda apreciada pela Câmara. A PEC 45 é uma resposta ao Supremo Tribunal Federal (STF), que, provocado sobre o tema, havia iniciado a votação sobre a constitucionalidade do artigo 28 da Lei 11.343/2006*

Foto: Felipe Sampaio/SCO/STF



“A mudança do tipo reduziria a máquina de encarceramento, que empilha jovens pobres e negros nas prisões e daria às polícias a chance de saírem da ineficiente perseguição ao tráfico no varejo para uma repressão focada no atacado”

Esse artigo da Lei Antidrogas é o que define as condutas puníveis por consumo, a saber: “adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas (...)”. Já o artigo 33 da mesma Lei define o que é tráfico, com os seguintes verbos: “Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente (...)”.

Assim, se alguém for condenado pelo art. 28 (consumo), o que de mais grave poderá lhe ocorrer será a prestação de serviço comunitário, mas quem for condenado pelo art. 33 (tráfico) poderá pegar até 15 anos de prisão por crime hediondo. Como se pode reparar nos *caputs* dos artigos citados, eles possuem cinco condutas comuns. Na verdade, se considerarmos as hipóteses do § 1º do art. 28 (*semear, cultivar, colher*), teremos oito condutas comuns, porque elas se equivalem às condutas de “preparar e produzir” previstas no art. 33.

Quando alguém é flagrado pela polícia com uma pequena quantidade de droga, o que ocorre? Como a Lei não fixou o que é “pequena quantidade”, tudo depende da subjetividade de policiais, promotores e juízes. Qual o resultado disso? Muito simples: pessoas pobres, negras, moradoras da periferia, quando flagradas com pequenas quantidades de drogas, são, via de regra, enquadradas como “traficantes”; já pessoas ricas, brancas, moradoras em áreas privilegiadas raramente são flagradas com drogas, porque as consomem em dependências privadas, clubes e condomínios de luxo, mas quando flagradas, imediatamente são reconhecidas como “usuárias”, até mesmo quando portam quantidades expressivas.

Examinando o tema, o ministro Alexandre de Moraes, conhecido por sua postura conservadora quanto à política de drogas, teve acesso à pesquisa “Avaliação do Impacto de Critérios Objetivos na Distinção Entre Posse para Uso e Posse para Tráfico”, que analisou os dados de 656.408 ocorrências por tráfico de drogas em São Paulo, entre 2002 e 2017, com 2,6 milhões de pessoas envolvidas entre suspeitos, testemunhas e terceiros.

Esse estudo, o mais amplo já realizado no Brasil, demonstrou, entre outras coisas, que adolescentes têm 153% mais chances de serem detidos do que adultos flagrados com as mesmas quantidades de drogas (29g em média é a quantidade de maconha apreendida com adolescen-

tes condenados a medidas em meio fechado, contra 56g, a quantidade média de adultos condenados à prisão).

Analfabetos são condenados com média de apreensões de 32g; já os condenados por tráfico com nível superior foram flagrados com quantidade média de 49g, uma diferença de 52%. Sabe-se que 57% da população brasileira é negra (pretos e pardos), mas 68% dos processados por tráfico são negros. Os réus são em 72% das vezes jovens de menos de 30 anos, 86% são homens e 67% não possuem o ensino fundamental completo, como se vê no estudo ‘A questão racial nos processos criminais por tráfico de drogas dos tribunais estaduais de justiça comum: uma análise exploratória’.

A desigualdade das penas aplicadas com base na Lei de Drogas assinala gritante inconstitucionalidade. O cenário seria outro, entretanto, se a lei estabelecesse quantidade objetiva para distinguir usuário de traficante, como já o fizeram muitos países. No caso da maconha, por exemplo, a Espanha fixou 200g, a Austrália 100g, Alemanha e Portugal 25g, Colômbia 20g, Holanda 5g, etc.

No Brasil, mudança do tipo reduziria em muito a máquina de encarceramento, que empilha jovens pobres e negros nas prisões, oferecendo-os como mão de obra às facções criminais e ainda daria às polícias a chance de saírem da ineficiente perseguição ao tráfico no varejo, para uma repressão focada no atacado. Essa mudança produziria economia para o país de alguns bilhões de reais a cada ano, gerando recursos para programas de prevenção ao abuso de drogas com base em evidências.

O STF nunca cogitou legalizar o uso da maconha, uma droga usada por 147 milhões de pessoas no mundo (OMS), como já o fizeram vários estados norte-americanos e muitos países. Pretendia apenas fixar critério objetivo para aplicação uniforme da lei. Contra essa pretensão, se levantou a Idade Média abrigada no Senado, ignorando os resultados horrorosos produzidos pela guerra às drogas, como convém aos que se empenham em conduzir o Brasil ao seu passado.

Se a PEC for aprovada pela Câmara, o Congresso terá desafiado o STF – que é o que a extrema direita deseja, já que o tema da desigualdade na aplicação da lei se mantém, mantida então a inconstitucionalidade referida. Terá, também, oferecido contribuição histórica ao tráfico de drogas, filho dileto do proibicionismo, e aos agentes públicos corruptos que vivem do achaque e do “acerto”.

ESPECIAL



# Dez dias de flagelo dos gaúchos em uma tragédia anunciada

por Gilson Camargo, Elstor Hanzen e Silvia Marcuzzo

fotos Igor Sperotto

*No início de maio, a população gaúcha ainda contabilizava os prejuízos e as mortes dos desastres de 2023 quando mergulhou em uma nova, porém anunciada, catástrofe climática. Longe de ser uma fatalidade, as enchentes são a consequência de uma combinação de fatores: ocupação desordenada do solo, alta precipitação em regiões mais altas, mas também negligência, omissão, negacionismo climático e uma imensa incapacidade de articulação e prevenção por parte de gestores públicos*



# hos

**A** chuva fina e persistente, típica de outono no extremo-sul do Brasil, começou no dia 27 de abril e logo se transformou em enxurrada, provocando alagamentos generalizados em diversos municípios gaúchos até virar a pior enchente da história do Rio Grande do Sul desde 1941.

Até o fechamento desta edição, na segunda-feira, 13 de maio, a Defesa Civil do Rio Grande do Sul havia registrado 147 mortes relacionadas ao desastre, com um saldo de 806 feridos, mais de 538.245 mil pessoas desalojadas e 127 desaparecidas – outras 77.405 estão recolhidas em abrigos.

Entre o final de abril e o início de maio, o estado, que ainda contabilizava os prejuízos e as mortes provocados pelos ciclones de 2023, viveria dias de terror, mergulhado em uma nova, porém anunciada catástrofe. De fato, uma decorrência do aumento da temperatura do planeta, mas agravado ao mau uso e ocupação do solo, negligência à legislação ambiental, omissão, falta de planejamento e articulação de governantes. Não faltaram alertas sobre a iminência de eventos climáticos extremos no estado. Afinal, nem cinco meses haviam se passado das enxurradas que varreram regiões inteiras e causaram mais de 80 mortes em diferentes pontos do RS no ano passado.

Um levantamento feito pelo próprio governo do estado já seria suficiente para uma radicalização de um plano de prevenção a desastres desse tipo. Vazado em meio à tragédia, o relatório demonstra que o número de mortos por desastres naturais, ao longo dos últimos 11 meses, foi mais de dez vezes superior ao total de mortes registradas em um período anterior de 19 anos no estado. Foram 14 óbitos provocados por eventos climáticos extremos de 2003 e 2021, enquanto que os quatro ocorridos entre junho de 2023 e maio de 2024 se aproximam de 200 mortes.

Depois da chuva intensa que caiu sem parar por mais de cinco dias em algumas regiões, 450 dos 497 municípios gaúchos e quase 2 milhões de pessoas foram

atingidos por alagamentos. De acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), foram mais de 800 milímetros de água acumulada, ou seja, quase oito vezes os 112,8 mm esperados para o mês de maio.

As primeiras cidades atingidas foram as do Vale do Rio Pardo, com queda de granizo em Santa Cruz do Sul. Em 24 horas de temporais, 15 municípios foram alagados e a Defesa Civil emitiu alerta para toda a Metade Sul. O dia 29 de abril marcou o início da fase mais aguda da tragédia.

No Rio Grande do Sul, boa parte das áreas urbanas foi erigida em regiões de banhados ou próximas de margens de cursos d'água. Muitos municípios ocupam planaltos e vales, áreas sugestivamente denominadas 'planícies de inundação'. Na primeira ocorrência conhecida logo no começo das chuvas, uma casa atingida por um raio, em Taquara, pegou fogo. Diante da persistência do mau tempo, o Instituto Nacional de Metrologia (Inmet) emitiu alerta vermelho de chuvas para todo o estado.

No dia 30, em Paverama, as primeiras vítimas fatais das tormentas: dois homens morreram dentro de um carro que foi arrastado pela enxurrada. Ao final do dia, já eram oito mortes. Estradas foram bloqueadas e começaram a se multiplicar vídeos nas redes sociais, mostrando pessoas, casas, pontes e animais sendo arrastados pela correnteza. A queda de um trecho da BR-290, em Eldorado do Sul, marcou o início do bloqueio viário, deixando regiões inteiras isoladas. Várias cidades foram imediatamente cobertas pelas águas por estarem na confluência dos rios que cortam a Região Metropolitana e que saíram das caixas, indo sobrecarregar o Guaíba, caso de Eldorado do Sul e Canoas.

Após décadas de flexibilização e descumprimento às leis ambientais e sem dar atenção aos alertas sobre os riscos iminentes de tragédias em escala devido ao aquecimento global, o Rio Grande do Sul chegou ao final de abril em estado de flagelo, capturado pelo negacionismo climático. Como sempre

acontece em momentos como este, não faltou quem preferisse atribuir a tragédia não ao aquecimento global, mas a uma fatalidade, guerra ou desígnio divino.

Sempre envergando colete da Defesa Civil, o governador do estado fez relatos sobre a tragédia para a imprensa e apareceu em uma live pedindo ajuda ao presidente Lula. Em outras gravações, Eduardo Leite (PSDB) ponderava que a chuva veio muito rápido e "nos" surpreendeu, mais ou menos na linha do que afirmara quando dos temporais que arrasaram os vales no ano passado.

Leite defendeu alterações na legislação ambiental, o que gerou manifestações contrárias de ambientalistas. Mesmo assim, o novo Código Estadual do Meio Ambiente foi sancionado com cortes em 2020. Para o governador, a Lei "teve como base amplas discussões que envolveram sociedade e instituições e alinharam o estado às leis federais".

Junto com o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), o governador disse em uma live nas redes sociais durante a manhã de sexta-feira, 3, que a perspectiva do poder público, naquele momento, era de que o cenário de tragédia ambiental se agravasse no Rio Grande do Sul. "Serão dias difíceis. Pedimos que as pessoas saiam de casa. O nosso objetivo é salvar vidas. Coisas serão perdidas, mas devemos preservar vidas. Nossa prioridade é resgatar as pessoas. Em relação ao restante, nós daremos um jeito posteriormente", afirmou Leite. De fato, o pior ainda estava por vir.

Em Porto Alegre, o rompimento de um antigo esquema de proteção contra cheias, o qual, de acordo com ex-técnicos da prefeitura, nunca recebeu manutenção, se rompeu na sexta-feira, 3 de maio, inundando o centro da capital e no 4º Distrito. A única saída possível de Porto Alegre naquele momento era a RS-040. Com boa parte do sistema de tratamento de água inoperante, em razão do alagamento das estações de bombeamento de água bruta, a capital precisou suspender o abastecimento em boa parte do município.

## ESPECIAL

Outros equipamentos falharam nos dias seguintes, levando a enchente a outros bairros, como o Menino Deus e a Cidade Baixa. Em meio ao caos, no domingo, o prefeito chegou a sugerir que os porto-alegrenses fossem para a praia para fugir da enchente.

“A prefeitura foi negligente, deixou de atender às necessidades da cidade”, afirmou Augusto Damiani, engenheiro aposentado, ex-diretor-geral do Departamento de Águas Pluviais (DEP), extinto pela administração de Nelson Marchezan, e ex-diretor geral do Dmae. Ele diz que a situação na capital foi agravada devido à falta de manutenção do sistema de drenagem. Hidrólogo e mestre em recursos hídricos, Damiani diz que o mau gerenciamento foi agravado com a extinção do DEP, cujas atribuições fo-

ram transferidas para o Dmae, e muitos trabalhos de manutenção deixaram de ser feitos ou não foram bem realizados. Ele cita que existem problemas identificados há tempo. Um deles é que a casa de bomba 17, que fica próxima à Igreja das Dores e estourou na terça, 7, inundando a Cidade Baixa, está com um defeito desde 2018 e não consegue reter a água que vem do Guaíba.

Damiani, que trabalhou 37 anos na prefeitura, explica que o Muro da Mauá é um complexo de 14 comportas que necessitam de manutenção periódica. “É preciso que elas corram pelos trilhos, tenham as borrachas ajustadas, os parafusos colocados com pressão para que fechem totalmente, mas isso não foi feito”, aponta. Quanto à rede de esgoto pluvial, ele diz que há tempo falta mão de

## Cidades inundadas

De um total de 12 enchentes registradas em Porto Alegre desde 1873, a deste ano foi a que inundou a sua maior extensão territorial devido ao aumento vertiginoso do nível do rio Guaíba.

Em uma época na qual não existiam esquemas de proteção contra as cheias, as águas do rio chegaram a 4,75 metros em 1941, no que havia sido a pior enchente

da história. Em 2023, o rio subiu a 3,46 metros, o que exigiu o fechamento das comportas da Mauá. Desta vez, no entanto, o pico ultrapassou os 5,35 metros, permanecendo acima de 5,2 metros até o dia 9 de maio, quando as águas começaram a baixar lentamente em todos os rios do estado.

No Vale do Taquari, uma das regiões mais destruídas pela ter-



Nível do Rio Guaíba atingiu 5,35 metros, inundando parte do Centro, na pior enchente da história da capital gaúcha desde 1941

obra para fazer reparos básicos.

“Os parafusos das tampas estavam arrebentados e, mesmo assim, não foram substituídos, um problema identificado em setem-

bro de 2023. A prefeitura não fez o seu serviço, como trocar parafusos e colocar borrachas de vedação”, aponta. Damiani estima que faltam 2 mil funcionários no Dmae.

ceira vez em menos de nove meses, o rio Taquari, entre Estrela e Lajeado, ultrapassou 33 metros, altura equivalente a um prédio de 10 andares. Outro Vale, o do Rio Pardo, também foi ferozmente atingido pelo dilúvio em terras gaúchas. Em Sinimbu, uma das cidades mais afetadas da região, a prefeita Sandra Backes (Democratas) descreveu a destruição como “cenário de guerra”. “A cidade está completamente destruída. Não tem mais comércio, não tem mais indústria, não tem mais emprego e todos os prédios públicos foram atingidos”, relatou em vídeo nas redes sociais da prefeitura.

O advogado e dono do jornal *Tribuna Popular*, de Sinimbu, Paulo Dhiel, 53 anos, contou que, nos mais de 30 anos em que ele vive no município, nunca havia visto tamanha destruição. “A velocidade e intensidade da água impressionaram muito. Em poucas horas, a enxurrada chegou a 1,64 metro aqui na nossa rua, inundou todo o primeiro andar da sede do nosso local de trabalho. Aqui ao lado, onde a gente mora, abriu uma cratera de 30 por 25 metros em pouco tempo. Uma devastação como em uma guerra. Estarrecedor”, relatou. “Agora é

reagir e remover os rastros das camadas de lama.”

Distante a cerca de 200 quilômetros de Sinimbu, São Leopoldo, na região metropolitana de Porto Alegre, tem 217.409 habitantes. Ao menos 180 mil moradores do município (82%) foram impactados pela catástrofe e precisaram buscar acolhimento em casas de amigos e parentes ou em abrigos do poder público, segundo a prefeitura. O próprio prefeito, Ary Vanazzi, teve sua casa submersa. “Perdi coisas materiais e a minha história”, resumiu. A água do Sinos extravasou por cima de um dos diques de contenção na noite de sábado, 4, inundando das regiões Norte e Oeste até a estação da Trensurb, na avenida João Corrêa.

O jornalista Fábio Nagel, 57 anos, está entre os 180 mil que foram expulsos pela fúria da enchente no dia 4 de maio. “A água veio muito rápido e forte. Às 6h, saí para pegar pão no mercadinho, ela estava no meio-fio. Cinco minutos depois, estava na canela e em uma hora tomou o térreo do prédio. Às cinco da tarde, tivemos que ser resgatados de barco quando a água já estava quase no segundo andar no nosso prédio”, narra.



Início da inundação, nas imediações da Usina do Gasômetro: sistema de proteção contra as cheias no Muro da Mauá não conteve o volume de água do Guaíba

Ele, a mulher e os dois filhos estão na casa de amigos em uma região alta da cidade, que ficou sem abastecimento de água potável durante três dias – graças a uma manobra feita por técnicos do Serviço Municipal de Água e Esgotos, São Leopoldo foi a primeira cidade da região a restabelecer o fornecimento, no dia 7. “Nunca presenciei uma enchente que chegasse na primeira rua do centro de São Leopoldo. Tenho

uma foto de 1966 com a minha mãe bem em frente à igreja matriz, as águas chegando a esse ponto. Mas nada parecido com a intensidade que aconteceu desta vez”, destaca Nagel.

“O que vocês viram pela tevê não chega nem perto de tudo que estamos vivendo, mercados vazios, ruas cheias e um silêncio de quem tenta engolir o choro. A angústia da procura de parentes, animais, segue. Perdi as contas

de quantos pedidos de resgate recebemos. A energia que está em nossa cidade é pesada, triste. Impossível não estar assim. São sonhos, lutas, histórias, e vidas perdidas”, afirmou a jornalista Camila Capelão Vargas.

A maior catástrofe climática do RS interrompeu os serviços essenciais, deixando mais de 1,5 milhão de pessoas sem energia elétrica e sem água potável por dias. A ponte da BR-116 sobre o Rio dos Sinos foi

interditada junto com outras centenas de rodovias. Ao mesmo tempo, quem não estava isolado pela enchente e se deixou levar pelo medo do desabastecimento correu para os mercados. Itens básicos como água, frutas, verduras, ovos, frango sumiram das gôndolas. Em um abrigo de Novo Hamburgo, ao assistir na tevê uma entrevista do governador, uma mulher criticou: “Está fazendo o que sabe fazer, falar bonito”.

## Tragédia anunciada

Para o doutor em Ciência Política e professor João Pedro Schmidt, tudo isso é resultado de um modo de produção e consumo insustentável adotado em larga escala, impulsionados nos anos 1950, aliados ao aquecimento global. Além dos países ricos, maiores emissores de gases de efeito estufa ao longo da história, ele atribui a crise à ação de cientistas negacionistas e atores do sistema financeiro que lucram muito com essa lógica.

Ganhador do Nobel da Paz em 2007, o pesquisador, climatologista e um dos fundadores do Instituto de Estudos Climáticos da Universidade Federal do Espírito Santo, Carlos Nobre, pontua que os fenômenos ocorridos no RS são resultado da destruição ambiental

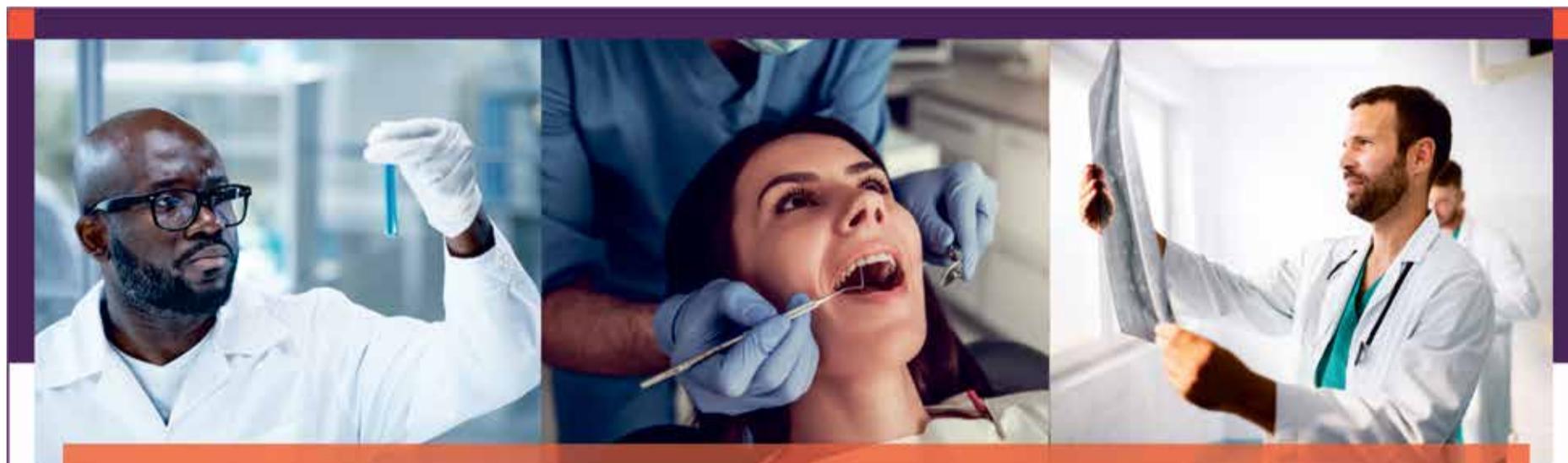
em larga escala no planeta.

“Desmatamento, uso de combustíveis fósseis e produção do agronegócio são os grandes responsáveis pela emissão de gases causadores do aquecimento global”, resume, lembrando que a ciência já comprovou a relação entre esses fatores e os desastres naturais.

Nobre destaca que o sistema de previsão meteorológica consegue antever fenômenos extremos por meio de sofisticados modelos matemáticos. “Esses modelos previram alto nível de precipitação em diversos lugares do Rio Grande do Sul, acabou chovendo 800 milímetros em seis dias. Essas informações foram repassadas pelo Cemaden ao governo do RS”, assegura.



Após três dias de chuvas na Região Metropolitana, o Guaíba transbordou inundando a orla desde a Arena do Grêmio até a zona sul e chegando a bairros como Cidade Baixa e Menino Deus



**Pode comparar! Até os nossos preços são melhores.**

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Faça uma simulação de valores e saiba mais em:  
[sinprors.org.br/saude](http://sinprors.org.br/saude) | 051-4009.2930 | [convenios@sinprors.org.br](mailto:convenios@sinprors.org.br)

Unimed

CCG  
Saúde

Notre-Dame  
Intermédica

UNIODONTO

sinprosaúde

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão



Reunião do governador Eduardo Leite (PSDB) com prefeitos após enchentes que arrasaram o Vale do Taquari no ano passado

# Governo gaúcho não cumpre legislação sobre gestão das águas

por Sílvia Marcuzzo

*A água é essencial para todos. Mas como há períodos de estiagem, de cheias e o uso distinto do solo – possíveis conflitos pelo seu uso –, a Constituição Brasileira estabelece que é preciso haver instâncias de participação de diferentes usuários para debater e definir o melhor gerenciamento desse recurso*

Por ser um insumo valioso e ter múltiplos usos – e envolver muitos interesses –, há um fórum específico estabelecido na Constituição do Rio Grande do Sul para tratar sobre recursos hídricos. São os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) como unidades básicas de gerenciamento e gestão das águas, considerando o uso e a ocupação do solo. No capítulo II, Da Política de Desenvolvimento Estadual e Regional, o Artigo 171 institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, que precisa estar integrado ao sistema nacional de gerenciamento desses recursos.

No entanto, apesar de o RS ter sido o pioneiro na legislação sobre o tema – o primeiro comitê do país foi o do Rio do Sinos, há mais de 30 anos –, o estado não só está atrasado na implementação da lei, como também está ignorando o que preconiza a legislação. Há comitês sem receber recursos por mais de oito anos. O comitê da Bacia do Rio Maquiné, no Litoral Norte, por exemplo, foi despejado por falta de aluguel. Quase todos os comitês hoje têm sua secretaria executiva funcionando na casa do presidente.

No encontro dos comitês de bacias da Região Sul, em março deste ano em Santa Catarina, o deputado estadual Miguel Rossetto (PT), criador da Frente Parlamentar das Águas, salientou a situação da gestão dos recursos hídricos.

O estado não conta com agências de bacia – deveria haver uma para cada uma das regiões hidrográficas: Uruguai, Guaíba e Litoral. Dos 25 comitês do estado, poucos conseguem funcionar. E os que estão em operação são controlados por voluntários. “Os comitês não têm recurso algum, não têm sede, não têm memória, porque o sistema de recursos hídricos é ignorado pelo governo do estado”, afirma Rossetto.

O parlamentar sintetiza que “há um vazio institucional, porque as três agências executivas que deveriam assessorar os comitês não saíram do papel”. Sem financiamento e sem estrutura, “os comitês não conseguem realizar seu trabalho de planejamento da gestão das bacias hidrográficas, um problema sério com impactos incalculáveis

para todos, já que tem sido comum a ocorrência de eventos extremos, com estiagens severas e enchentes históricas”, completa.

Apesar do pioneirismo da Lei Estadual 10.350/1994 para o país, passados 30 anos, “o Rio Grande do Sul ficou para trás”, lamenta o deputado. Ele defende a criação de um Instituto das Águas, uma instituição pública, que incorpore o trabalho do Departamento de Recursos Hídricos e das três agências. “Isso daria autonomia, força

institucional e recursos para apoiar os comitês e implementar a política de recursos hídricos no estado.”

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura, atualmente o Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS) dispõe de 34 funcionários, sendo 18 na Divisão de Outorga. Para se ter uma ideia, o Instituto Água e Terra do Paraná tem 860 servidores, e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas em Minas Gerais, 150.



Foto: Tânia Rego/Agência Brasil

Diretrizes do Plano de Gerenciamento da Bacia do Caí não foram seguidas pelo governo, diz Altenhofen, da Upan (E)

## Planejamento territorial e prevenção a desastres

Os desastres climáticos provocaram incalculáveis prejuízos e 81 mortes em 2023 no RS. As águas de enchentes e enxurradas ceifaram vidas em março, junho, julho, setembro, novembro e dezembro, em distintas regiões do estado, conforme a Defesa Civil. Em todos os casos, nenhum comitê foi chamado para ser ouvido sobre a situação ou recuperação das áreas.

Esse contexto angustia o ambientalista e presidente do Comitê do rio Caí, o biólogo Rafael Altenhofen. Ele reitera a importância da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres. É uma diretriz da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Rafael acrescenta que o Plano de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Caí (Plano Caí), aprovado em 2014, incorpora vários aspectos que deviam ser considerados pelo governo do esta-

do, como gestão de oferta hídrica, ações emergenciais de eventos críticos, zoneamento de áreas inundáveis e ampliação e operação de sistema de alerta contra cheias.

O biólogo lembra que o comitê do Caí aprovou, no ano passado, uma resolução que exige a incorporação do zoneamento das áreas de passagem de enxurradas. Além disso, determina que sejam atualizados os cálculos e as delimitações das cotas de inundação e seus respectivos Tempos de Recorrência (TRs), os quais são as marcações até onde um rio pode subir.

Com a intensificação de eventos climáticos extremos, as métricas se alteraram. Na inundação de novembro de 2023, em São Sebastião do Caí, por exemplo, a delimitação de cota prevista para ser atingida pela TR 100 foi ultrapassada e muito. “Se tivesse sido construído um sistema de diques no município, utilizando tal cota

como referência, as águas teriam transposto esses facilmente – gerando riscos ainda maiores à população.”

O presidente da Associação dos Servidores da Sema (Assesma), Pablo Pereira da Silva, destaca o quanto o trabalho realizado pela Secretaria está aquém do ideal não só em função do baixo número de servidores para a grande demanda.

“Os servidores fazem o possível quanto a outorgas e apoio técnico a comitês de bacia, mas há outros instrumentos muito importantes previstos na Lei Estadual 10.350/1994 que não estão sendo implementados”, aponta. Ele cita que, apesar disso, há exemplos positivos, como o Programa Estadual de Revitalização de Bacias Hidrográficas, nas bacias do Sinos e Gravataí, o qual deveria ser ampliado a todas as bacias hidrográficas do estado.

A Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema) informou, por meio de nota enviada pela sua assessoria de imprensa, que os repasses aos comitês eram feitos, até então, mediante convênios com universidades, associações de usuários de água e outras instituições.

“O governo do Estado está revisando os procedimentos e os comitês estão sendo instruídos sobre como acessar os recursos. Ainda, está em andamento a construção de um instrumento que irá propor modelos de serviços públicos que qualificarão as atividades de representação institucional buscando, de forma constante, o aprimoramento dos comitês com vistas à eficiência e ao bom funcionamento das estruturas necessárias, modernizando os regimentos relativos à manutenção dos Comitês de Gerenciamento Bacia Hidrográfica”, afirma o comunicado.

# Para quem é da capital Para quem é do interior

Obras em casa?

Sossego para estudar?

Nova orla do Guaíba?

Show e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS [casadoprofessor.sinprors.org.br](http://casadoprofessor.sinprors.org.br)

SINPRO/RS  
Sindicato Estadual

CASA do PROFESSOR  
Hotel

# Negociações coletivas da educação básica e superior ainda sem consenso

*Tratativas entre os sindicatos dos Professores (Sinpro/RS) e patronais (Sinepe/RS e Sindiman/RS) se iniciaram em março, esbarraram na falta de consenso sobre o reajuste salarial e foram interrompidas pela tragédia que assola o estado*

por Valéria Ochôa

**T**ensionamento tem marcado as negociações coletivas dos professores que atuam na educação básica e superior do ensino privado gaúcho. Na educação superior, a conjuntura expressa pela retração no número de alunos e no fechamento de cursos serve de base

para os sindicatos patronais estabelecerem dificuldades para o reajuste salarial e melhorias nas condições de trabalho dos professores. Já na educação básica, que registra crescimento no número de escolas e de alunos, o sindicato patronal (Sinepe/RS) propõe reajuste zero à hora-aula,



Mesmo com reajuste das mensalidades em 5% acima da inflação, escolas da educação básica propuseram não repor a inflação aos salários dos professores, denunciou o Sinpro/RS

impondo perda salarial à categoria.

Iniciadas em março, data-base da categoria dos dois níveis de ensino, as tratativas para renovação das respectivas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) se dão em comissões distintas. São quatro CCTs em negociação: duas da base do Sine-

pe/RS (educação básica e superior) e duas da base do Sindiman (educação básica e superior comunitárias).

Com a tragédia ambiental que assolou o estado a partir de 29 de abril, as negociações foram interrompidas, a exemplo das aulas nas instituições de ensino.

## Educação básica se mobiliza pela reposição da inflação aos salários

Em apêndice publicado em grande jornal de circulação estadual e em manifestações na frente de escolas, os representantes dos professores da educação básica denunciaram as dificuldades impostas pelo Sinepe/RS em repor a inflação aos salários, mesmo já tendo reajustado as mensalidades escolares, em média, 8,7%, quase 5% acima da inflação do período, medida pelo INPC em 3,86%.

“As famílias já vêm pagando este reajuste desde dezembro do

ano passado”, destaca Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS, que integra a comissão de negociação da educação básica. “As escolas de educação básica estão passando por um bom momento, abriram 52 novas unidades e angariaram 8,8% mais alunos.”

Na última rodada de negociação, realizada na primeira semana de maio, o Sinepe propôs a inclusão de nova cláusula à CCT, destinando 5% de adicional a título de hora-atividade, trabalho

realizado fora da carga horária contratada e até hoje não remunerado. O pagamento da hora-atividade é uma reivindicação histórica da categoria. Seria um avanço, segundo Cecília, se o sindicato patronal também repusesse a inflação ao valor da hora-aula, base de cálculo do salário.

“Mas não foi isso que aconteceu. Em uma manobra, eles propuseram zero por cento de reajuste, o que significa uma perda salarial expressiva, pois o valor hora-aula

incide em várias cláusulas econômicas”, explica Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS, que também integra a comissão da educação básica. Entre essas cláusulas, estão as horas extras, o adicional por aprimoramento acadêmico, o adicional por tempo de serviço, o auxílio-creche, o desconto das mensalidades para filhos dos professores, o adicional noturno.

As negociações da educação básica com o Sindiman/RS ainda não se iniciaram.

## Educação superior quer reverter flexibilizações de direitos do período da pandemia

Na mesa de negociação coletiva da educação superior, a proposta do Sinepe/RS foi de reajuste salarial de 3,86% somente a partir do salário de maio (a data-base é março), porém com a reivindicação de flexibilização de cláusulas que os professores consideram um patrimônio: isonomia salarial desde o início do contrato e a estabilidade pré-aposentadoria.

“Trata-se de uma tentativa de revogar direitos históricos da categoria, o que tem sido rechaçado veementemente até pela desproporcionalidade com a mera reposição da inflação, e ainda com atraso em relação à data-base”, avalia Marcos Fuhr, dirigente do Sinpro/RS, integrante da comissão da educação superior.

Já nas negociações com o Sin-

diman/RS, o qual representa as mantenedoras de 13 instituições comunitárias de educação superior no estado, o pivô é a resistência patronal em retomar o pagamento do aprimoramento acadêmico aos mestres e doutores que se titularam após setembro de 2021.

Conforme Marcos Fuhr, esta rubrica salarial foi suspensa em caráter temporário por três anos, em

2021, no auge das dificuldades decorrentes da pandemia da covid-19.

“Sensíveis ao momento de crise, os professores concordaram, à época, em suspender o pagamento do adicional aos novos titulares por um período. Agora, os representantes patronais têm se pautado por forte resistência à retomada da implementação deste histórico direito dos professores.”

## Professores integram a rede de solidariedade às vítimas das enchentes

A resposta dos professores do ensino privado, diante da tragédia ambiental que assolou diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul, foi rápida. Em menos de dez dias, o projeto Professores Solidários, do Sinpro/RS, recebeu aporte extra de recursos para a aquisição de alimentos, água mineral, materiais de limpeza e de higiene pessoal para as pessoas que perderam suas casas com as enchentes.

Integrado à rede de solidariedade às famílias desabrigadas, o projeto Professores Solidários tem, inicialmente, concentrado esforços para a aquisição de alimentos não perecíveis e carnes para a produção de refeições diárias, assim como embalagens descartáveis, fraldas e materiais de limpeza e de higiene pessoal. As cestas com alimentos estão sendo entregues às cozinhas comunitárias e emergenciais em diferentes locais da região metropolitana de Porto Alegre e no interior do estado.

A distribuição, segundo a professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS, está organizada para atender às necessidades de cada local. "Toda a doação é bem-vinda, porém em alguns lugares sobram roupas e faltam alimentos. Por isso precisa ser uma ação coordenada", explica.

O projeto Professores Solidários seguirá atuando. "Haverá mais algumas semanas neste período emergencial, depois seguiremos atuando na fase de reconstrução."

**COMO CONTRIBUIR** – As doações em dinheiro devem ser efetuadas ao projeto Professores Solidários pela Chave PIX – 51 99733-7506. A entrega de donativos está centrada no Hotel Casa do Professor, em Porto Alegre, localizado na Rua Lopo Gonçalves, 29 – bairro Cidade Baixa. O hotel funciona 24 horas por dia. Podem ser doados alimentos não perecíveis, água mineral, roupas, roupas de cama, cobertas, materiais de higiene pessoal (shampoo, sabonete, papel higiênico, pasta e escova de dentes) e de limpeza (luvas, água sanitária, sabão, sabão em pó).

**PROFESSORES ATINGIDOS** – A coordenação do projeto Professores Solidários orienta os docentes impactados pelas chuvas e enchentes, com perdas de seus bens, para enviarem as suas demandas mais urgentes para o e-mail [professoresolidarios@sinprors.org.br](mailto:professoresolidarios@sinprors.org.br), informando nome completo, CPF e local para o recebimento da ajuda, de forma que possa fazer os devidos encaminhamentos.



Fotos: Divulgação Sinpro/RS

### TRAGÉDIA AMBIENTAL

## Sinpro/RS pede suspensão das atividades escolares nas regiões afetadas

Após manifestação direta às representações patronais de cada nível de ensino, o Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) divulgou nota pública, no dia 5 de maio, com seu posicionamento favorável à suspensão das atividades escolares nas

instituições de ensino das regiões afetadas pela tragédia ambiental.

A medida, segundo Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS, considerou as dificuldades de locomoção de estudantes, funcionários e professores e o comprometimento das condições

de segurança decorrentes dos alagamentos e destruição da estrutura viária. "Estamos falando de uma tragédia sem precedentes, que impactou milhares de vidas", destaca. "O Sinpro/RS, no contexto deste dramático momento da história de nosso es-

tado, manifesta sua expectativa pela sensibilidade das instituições para a suspensão das atividades letivas, assim como o seu engajamento na mobilização social e na solidariedade com as famílias atingidas diretamente pelas inundações", diz a nota.

### EDUCAÇÃO INFANTIL

## Começa negociação para a Convenção Coletiva de 2024

Os professores que atuam nas escolas exclusivas de educação infantil aprovaram, em Assembleia Geral, no dia 19 de abril, a pauta de reivindicações para as negociações entre o Sinpro/RS e o Sindicato Patronal

(Sindeedin/RS) e renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2024.

Na pauta, reposição da inflação baseada no INPC do período acrescido de 3% de aumento real, 5% de hora-atividade, antecipação

de 50% do 13º salário na folha de agosto, auxiliar fixo para as turmas com alunos de inclusão, paridade de tratamento na CCT aos casais homoafetivos e a manutenção das demais cláusulas da CCT de 2023.

O documento foi entregue ao sindicato patronal, e as reuniões de negociação devem se iniciar neste mês. A data-base dos professores que atuam nas escolas exclusivas de educação infantil é 1º de maio.

### IDIOMAS

## Assembleia aprova proposta para acordo

Os professores que atuam nas escolas de idiomas aprovaram a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2024, negociada entre o Sinpro/RS e o Sindiomas. A assembleia que ava-

liou a proposta foi realizada no dia 26 de abril, de forma on-line.

Entre os destaques, estão o reajuste salarial de 3,4% (INPC do período), reajuste nos valores

referentes ao auxílio à educação infantil, feriado em comemoração ao Dia do Professor (14 de outubro, segunda-feira) e período de indisponibilidade docente entre os dias

23 e 31 de dezembro.

A CCT foi formalizada e está disponível no site ([sinprors.org.br](http://sinprors.org.br)) e no aplicativo do Sinpro/RS. A data-base da categoria é 1º de abril.

# Novos associados reforçam quadro social do Sinpro/RS

De janeiro a início de maio deste ano, 1.034 professores se sindicalizaram ao Sinpro/RS. O total representa 46,37% da meta de ampliação do quadro social da entidade, definida neste ano em 2.230. A campanha de sindicalização deste ano conta com o apoio de professores já sindicalizados, que, ao associar dois ou mais colegas, ganham um guarda-chuva personalizado.

Com o slogan *Somos especialistas em você*, a campanha destaca os serviços e a atuação do Sindicato na defesa dos direitos dos professores.

"Além de uma atuação forte nas campanhas salariais, o Sinpro/RS oferece aos professores associados uma série de vantagens, o que faz com que os professores se identifiquem cada vez mais com a entidade e entendam a importância de se sindicalizar", pontua Cássio Bessa, diretor do Sindicato. "Os professores reconhecem a importância da atuação do Sinpro/RS e a da necessidade de mantê-lo forte e representativo."

Bessa destaca ainda serviços como a assessoria jurídica nas áreas

trabalhista, cível, criminal e previdenciária; a oferta de planos de saúde e odontológico mais acessíveis, conveniados com a Unimed, CCG e

Uniodonto; o Hotel Casa do Professor, em Porto Alegre; o Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP); a Plataforma Somos, com orientações e práticas de qualidade de vida; o jornal *Extra Classe*, a *Revista Textual* e o site do Sinpro/RS.

**FICHA VIRTUAL** – Para facilitar a adesão dos professores, o Sinpro/RS disponibiliza uma ficha de sindicalização virtual no site do Sindicato ([www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)). A ficha on-line conta com espaço específico para a indicação do colega que sugeriu a sindicalização. Para garantir o brinde, é preciso informar o nome do sócio sindicalizador na ficha de sindicalização, no espaço específico.

Até o fechamento desta edição, o Sindicato dos Professores contava com 21.027 associados, sendo um dos maiores quadros sociais entre entidades sindicais do país. Ao todo, 30.639 docentes atuam no ensino privado gaúcho.



## APOSENTADORIA

por Daisson Portanova  
Advogado da Apaepers



## Revisão da Vida Toda: triste desilusão

A questão posta sobre os benefícios previdenciários, quanto mais havendo abrangência muito ampla como foi no caso da desaposentação, e agora no caso da revisão da vida toda, envolve um universo significativo de pessoas. Mesmo com a malsinada norma que instituiu a decadência de 10 (anos) para rever o ato de concessão, ou seja, concedido o benefício somente poderão ser revistos tempo de contribuição, atividade especial, tempo rural, soma dos salários e outros incidentes, no curso deste tempo. Ultrapassado o lastro temporal, tudo se torna imutável e perpétuo.

Só por esse aspecto, no caso da revisão da vida toda, um universo significativo de pessoas sequer poderia almejar essa revisão. Mesmo assim, manejando dados superestimados (para não se chamar de fake news), a Advocacia Geral da União (AGU) e técnicos deste e do governo anterior insistiam em mensurar rombo de mais de R\$ 400 bilhões em 10 anos. Inverídico, pois, com a Reforma Previdenciária do governo passado, a abrangência não atingiria, por exemplo, todos os benefícios concedidos de 2019 para cá.

Diante deste universo, se julgada favorável, para aqueles que ainda não haviam ingressado com ações, somente atingiríamos benefícios concedidos entre 2014 e 2019 e, por certo, nem todos, ou melhor, uma minoria de trabalhadores estaria tutelada por esta tese.

Em regra, o trabalhador atinge sua melhor remuneração com o passar do tempo, ou seja, muitas vezes agregar salários anteriores a 1994 (base do início da discussão) levava à redução da renda inicial e não sua majoração.

Outra infinidade de aspectos poderia ser tomada aqui para demonstrar que o universo de benefícios a serem revistos, lembrando que a Previdência paga mais de R\$ 34 milhões de benefícios, não atingiria 3% ou 4% dos beneficiários, ou seja, no máximo 1 milhão de pessoas, sendo que mais de 50% a 60% destes não obteriam valores agregados, mas, sim, redução da média salarial.

Com base naqueles dados superestimados do governo, vários foram os

ministros a fundamentarem a negativa do direito na saúde econômica do sistema, ou ainda, no critério atuarial que deveria ser estimado, dizem da prevalência deste equilíbrio e da deformidade na aplicação do texto, pois ele, em tese, não determinava sua aplicação por se tratar de regra transitória.

Entretanto, esses mesmos ministros esqueceram o princípio de igual, senão superior, valia, por exemplo, de que há efetiva contribuição do trabalhador para sustentar a questão atuarial, se é pouco ou muito, as correções devem se dar no tempo; também não se estabeleceu outro valor constitucional, como o da irredutibilidade do valor dos benefícios, ou seja, se utilizados salários menores ou não em sua integralidade no tempo, por certo afeta a renda e, com isso, sua redução da média; também há valor constitucional na preservação do valor real do benefício, como dito, sustentado pela precedência do custeio.

Está claro que a opção pela proteção mais condigna, respeito às garantias sociais ou a impossibilidade de retrocessos (e nem se fale em reserva do possível quando se desonera folha, desvincula receitas sociais e não se reconstitui o patrimônio espoliado no passado), não é substituída pela migalha do aumento de valor real do salário mínimo, mesmo que destinado aos mesmos beneficiários.

Também não se pode dizer que a revisão da vida toda, assim como a desaposentação, ou outras teses (negadas no Judiciário), seriam o rebento dos beneficiários, na verdade, era uma busca, direta ou indireta, de respeito à dignidade da pessoa humana no que concerne à proteção social justa e efetiva.

É certo que há uma engrenagem complexa e não se resolvem questões colocando culpa na posição do STF, agora, mostrando que, na verdade, há um nexos, ou melhor, um desconexo conhecimento do sistema para argumentação se dar no plano econômico e atuarial, quando o Estado renuncia receitas, é de todo incompreensível que o fundamento econômico derrote algo explícito na lei. Claro que não é derrocada da esperança, mas, sim, uma real e vívida triste desilusão.

# Em recuperação judicial, Ulbra retoma pagamentos de credores

Foto: Divulgação Ulbra



No final de março, a Aelbra, mantenedora da Ulbra, retomou os pagamentos previstos no Plano de Recuperação Judicial (PRJ) aprovados pela Assembleia Geral de Credores, realizada em dezembro.

Os valores liberados pela Justiça foram destinados exclusivamente ao pagamento dos credores trabalhistas. De acordo com a Instituição, com os valores já liberados, foram efetivados os pagamentos correspondentes à multa rescisória de 40% aos professores demitidos, anteriormente ao ajuizamento da RJ.

A priorização do pagamento das obrigações de FGTS foi estabelecida pelo acordo firmado pela Aelbra com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), condição para a anuência da Fazenda ao PRJ aprovado. Os pagamentos do FGTS, nas contas vinculadas, têm sido feitos com base na emissão de guias pela Caixa.

O Sinpro/RS comemorou a retomada dos pagamentos.

“Especialmente porque contempla o segmento mais penalizado,

que são os professores demitidos no início de 2019 que, com o ajuizamento da RJ, tiveram suspenso o pagamento dos direitos rescisórios acordados na ocasião”, ressaltou Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

Apesar da evolução positiva da RJ no pagamento das dívidas trabalhistas, as condições contratuais dos professores ativos estão sob forte tensionamento face ao interesse da gestão de superar a realidade deficitária da operação da empresa.

No final de dezembro, um dia após a aprovação do PRJ, a Aelbra anunciou a desativação de todos os seus Programas de Pós-Graduação (PPGs). Nas sucessivas reuniões realizadas com o Sinpro/RS, em março e abril, também a redução salarial vem sendo objeto de insistência por parte dos gestores.

Para o diretor do Sinpro/RS, as medidas anunciadas e as pretensões expressas pela empresa representam um novo desafio para o Sindicato na continuidade do acompanhamento da crise da Ulbra, que já se estende por mais de 15 anos.

## APOSENTADORIA

# Apaeppers pede alterações na legislação

A direção da Associação dos Professores Aposentados do Ensino Privado (Apaeppers) entregou ao senador Paulo Paim (PT/RS), em reunião no dia 29 de abril, em Canoas, um documento com propostas de alterações na legislação em favor dos trabalhadores aposentados ou em vias de se aposentar.

Ao todo, foram 10 propostas apresentadas com vistas à revisão da Emenda Constitucional 103/2019, a qual alterou o sistema de previdência social, as regras de transição e outras alterações. “É um documento completo. Apresentamos propostas muito bem

embasadas, discutidas nacionalmente”, explica Glória Bittencourt, presidente da Apaeppers.

O documento foi elaborado no congresso estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT/RS) e discutido na etapa nacional do evento, sendo finalizado como proposta principal do Congresso para os aposentados. “É resultado de uma luta, transformada em ação, na busca pela valorização dos aposentados e das aposentadorias”, conclui Glória.

O senador se comprometeu em avaliar o documento e estudará a possibilidade de apresentá-lo no Senado Federal.



## Caminhando para a saúde!

### Mais que um exercício

Fácil, simples e democrática, a caminhada alia exercício físico, locomoção, lazer e ainda promove um sem-fim de benefícios. Um estudo publicado no periódico científico *Arthritis & Rheumatology* concluiu que as pessoas que realizavam caminhadas regulares tiveram uma redução de 40% na probabilidade de dores nos joelhos. E, segundo uma pesquisa publicada no *British Journal of Sports Medicine*, caminhar de forma rápida pode ser o bastante, inclusive, para evitar uma morte prematura.

### Primeiro passo: avaliar a sua saúde

Apesar de a caminhada não ter contraindicação e oferecer baixos riscos de lesões, é imprescindível avaliar sua saúde antes de começar suas práticas. Não pule esse importante passo, pois o único beneficiado será você.

### Tênis: acessório principal

Deve ser leve, confortável e ter um solado que diminua o impacto de sua pisada. O calçado é a garantia de maior segurança para sua estrutura óssea e articular.

### Outras dicas essenciais

Use roupas adequadas ao clima. Mantenha-se hidratado! A conta básica para a quantidade ideal de água: 35ml x seu peso. Evite os horários de sol forte e use sempre protetor solar. Se possível, praticar em dupla, principalmente mulheres. Parques ou praças são sempre a melhor escolha, pois o ambiente vai proteger um pouco da poluição, não há o perigo do trânsito e sua mente vai agradecer.

### Benefícios? Inúmeros, veja alguns:

- Aumenta a sensação de bem-estar.
- Menos ansiedade e estresse.
- Trabalha a musculatura e fortalece as articulações.
- Auxilia no emagrecimento.
- Melhora a circulação sanguínea.
- Melhora o nível de condicionamento físico.
- Reduz os riscos de problemas cardíacos.
- Aumenta a imunidade do organismo.

**Sinpro/RS, oportunizando novos e saudáveis hábitos de vida! Venha com a gente!**

Disponibilizamos uma plataforma digital com videoaulas de Yoga, Pilates, Treinamento Funcional, receitas light e muito mais. Tudo isso num clique. Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes. <http://somos.pacevida.com.br/sinprors/>

Se você reside em Porto Alegre, venha participar do MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada Orientada. Se inscreva: <https://www.sinprors.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrída/>



Dennis Pichler, arquivo técnica da Post Concórdia Esportiva – CREF: RS-00882



Foto: Igor Sperotto

# Indígenas e quilombolas recebem doações do projeto Professores Solidários

por Gilson Camargo e Valéria Ochôa

*A aldeia Tekoá Pindó Mirim, localizada junto ao Parque Estadual de Itapuã, próxima à Lagoa dos Patos e a menos de 50 quilômetros de Porto Alegre, vem enfrentando todos os tipos de restrições, a começar pela falta de energia elétrica e de água potável*

**A**s cerca de 30 famílias Mbyá Guarani, que vivem na área de 20 hectares da aldeia, também têm dificuldades para o cultivo, já que a área cedida pelo governo do estado em 2018 é imprópria para o plantio por ser arenosa e infestada pelo capim-braquiara.

Essa é a realidade de uma das 30 aldeias e acampamentos provisórios de indígenas e comunida-

des quilombolas, em situação de vulnerabilidade no estado do Rio Grande do Sul, selecionadas pelo projeto Professores Solidários para receber doações de alimentos, materiais escolares, roupas e equipamentos domésticos.

A aldeia Pindó Mirim é relacionada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) como um dos 24 acampamentos considerados

provisórios existentes no estado e mantidos em condições precárias, enquanto esperam a demarcação de terras pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Segundo o Censo do IBGE de 2022, o RS tem, ao menos, 36 mil indígenas nessa situação fundiária indefinida, ou seja, com seus direitos territoriais indígenas violados de forma sistemática.

“Fizemos um levantamento das comunidades em situação de vulnerabilidade e suas necessidades. A partir desta interação é que organizamos as doações”, explica Cecília Farias, diretora do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), entidade instituidora do projeto Professores Solidários, o qual foi criado em 2020 com o objetivo de auxiliar co-

munidades e professores atingidos pela crise financeira provocada pela pandemia de covid-19.

Além de aldeias da Região Metropolitana, são atendidas em 2024 comunidades em Osório, Lajeado, São Leopoldo, Barra do Ribeiro, Santa Maria, Passo Fundo, São Francisco de Paula e Bento Gonçalves.

De janeiro a abril deste ano, foram entregues mais de 2,8 toneladas de alimentos, 340 kits de materiais escolares, além de roupas, calçados, materiais de limpeza e um *datashow*. As demandas das comunidades indígenas e quilombolas estão sendo atendidas graças às doações financeiras de professores ao projeto, segundo Cecília.

Em 2023, o projeto garantiu a entrega de 7,1 toneladas de ali-

mentos, auxiliando, inclusive, moradores das regiões dos Vales do Taquari e de Rio Pardo, atingidos pelo ciclone em novembro, e de Uruguaiana, que amargaram uma das maiores enchentes dos últimos tempos, em outubro.

Além de alimentos, uma força-tarefa dos Professores Solidários assegurou a entrega de água mineral, produtos de higiene, telhas, cobertores, fraldas, liquidificador, forno elétrico. O projeto também atendeu a comunidades da Região Metropolitana, de Eldorado do Sul, Passo Fundo, São Francisco de Paula, Bento Gonçalves, São Leopoldo, Pelotas e Santo Ângelo.

Nos dois últimos anos, o Professores Solidários recebeu um reforço nas doações. Duas associações

Foto: Igor Sperotto



Moreira com os filhos no centro cultural da aldeia

de professores que encerraram suas atividades, a da Faculdade de Arquitetura de Porto Alegre (AeDFaup) e a da Universidade

Luterana do Brasil (Ulbra), repassaram parte de seus recursos para o projeto, o que garantiu a ampliação do público assistido.

## Onde as políticas públicas não chegam

Foto: Igor Sperotto



Escola Nhamandu Nhemopu'ã tem 35 alunos, do pré ao ensino médio, e 12 professores, dos quais três são indígenas

Apesar de estarem em um contexto urbano, as famílias Guarani da aldeia Pindó Mirim, de Viamão, vivem uma rotina de desafios, na falta de políticas públicas. "Quan-

do falta luz, falta água, pois o abastecimento da Corsan depende de uma casa de bombeamento. Por isso, a comunidade deseja um poço artesiano e um açude, que, além de

melhorar o acesso à água, vai servir para a criação de peixes", explica o professor de Língua Portuguesa da reserva, Gustavo Peruzzo.

Pesquisador da Ufrgs, Peruzzo viveu entre os Guarani até concluir o mestrado em Desenvolvimento Rural, em 2021. Agora está fazendo o doutorado de Sociologia sobre os anfitriões.

No início do processo de demarcação, a partir de 2008, houve a reação de posseiros e o registro de ameaças e violência contra os indígenas. Em novembro de 2021, invasores queimaram a casa de reza, a despensa e dois veículos da comunidade.

De acordo com o cacique Valdeci Moreira, os ânimos andam relativamente calmos nos últimos anos. Ele relata as reuniões que tem feito com representantes do governo e da Funai e afirma que o processo de demarcação já está praticamente concluído. "A reserva pode ser declarada Terra Indígena a qualquer momento pela Funai", anima-se a liderança.

A aldeia é um dos três locais identificados na região como parte de uma área de ocupação tradicional Mbyá Guarani, com mais de 8 mil hectares de extensão e que abrange a Ponta da Formiga e o Morro do Coco.

## Escola indígena

A escola estadual indígena Nhamandu Nhemopu'ã tem 35 alunos, matriculados do pré ao ensino médio, e conta com 12 professores, dos quais três são indígenas.

A casa onde funciona a escola foi doada por um ancião da aldeia, Turíbio Gomes, avô materno de Valdeci, que morreu no ano passado, aos cem anos de idade. Ele relata que a avó, Laurinda, viveu até os 102 e o avô paterno, Alcindo Moreira, está em uma aldeia em Santa Catarina. Tem 114 anos.

No mês de abril, o movimento e o colorido tomaram conta da aldeia com a chegada dos "parentes" de outras comunidades

para as comemorações do Dia dos Povos Indígenas, que começaram bem antes do dia 19 e estão relacionadas ao contexto cultural e de ancestralidade da educação indígena.

"A gente recebe mais de 200 alunos de outras aldeias, tem apresentação do nosso grupo de coral regido pelo professor de música da aldeia, artesanato e culinária Guarani", relata o cacique.

Valdeci explica que a comunidade não tem muito espaço em Porto Alegre para vender artesanato e, por isso, a venda é feita na própria aldeia durante as festas e no site da escola.

Em 2022, a escola formou a primeira turma do ensino médio. Os alunos não tiveram acesso às au-

las on-line durante a pandemia, mas mantiveram as atividades de forma física.

Foto: Simpro/RS Santa Cruz do Sul/ Divulgação



Distribuição de cestas básicas na comunidade do Quilombo Cruzaltina, em Rio Pardo



Foto: Leonardo Savaris

# Patrimônio da cultura brasileira, Choro também faz história no RS

por Marcelo Menna Barreto

**P**atrimônio Histórico imaterial da cultura brasileira desde o dia 29 de fevereiro, o Choro pode até ter uma visibilidade modesta diante de sua grandiosidade, mas não passa despercebido. Bastam alguns acordes tocados pelo conjunto de bandleim, flauta, violão de sete cordas, pandeiro, cavaquinho e clarinete para encantar multidões. Mas, ao contrário do Samba, seu filho

mais ilustre na opinião da maioria dos historiadores da música brasileira, o chorinho sempre teve momentos de altos e baixos.

Conhecedores da cena cultural gaúcha, Márcio Gobatto e Carlos Branco, ouvidos em momentos diferentes, concordam com o que afirmou Jessé Silva (1919-1988) sobre esse curioso gênero musical: "O Choro está sempre na UTI, mas nunca morre".

"O Rio Grande do Sul talvez esteja entre os cinco principais polos do Choro no país, junto com o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Recife", registra Carlos Branco, curador e produtor do Instituto Ling e diretor da Branco Produções. Márcio Gobatto lembra que, assim como São Paulo e Rio de Janeiro, Porto Alegre também tem alguns espaços tradicionais de choro. "Não tanto quanto a gente

gostaria, mas há aquele reduto, principalmente na Cidade Baixa", cita ele, que, por 20 anos, produziu o *Clube do Choro de Porto Alegre* e hoje apresenta o programa *Ficha Técnica*, na FM Cultura, e produz o *Cultura na Mesa* e o *Canto do Sul da Terra*, ambos na TVE.

Cláudio Freitas, proprietário do Parangolé Bar, afirma que o Choro foi o responsável por caracterizar o seu estabelecimento como

um importante espaço de música ao vivo, que chega a atrair turistas. Tudo começou ainda no primeiro ano de funcionamento, há 18 anos, quando uma musicista da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Osipa) o procurou com a proposta de fazer uma roda de Choro no bar.

Ela fazia a Oficina de Choro no Santander Cultural e, com colegas, buscava a experiência de tocar em um local aberto. Deu certo. A Roda de Choro que acontece todas as terças-feiras só foi interrompida durante o período da pandemia.

“É uma nova geração de chorões”, brinca o empresário ao lembrar que, no início, um dos músicos, com 15 anos de idade, vinha acompanhado da mãe. Hoje, o jovem que tocava bandolim no Parangolé, orgulha-se Freitas, “é um músico de expressão nacional”. Ele está se referindo a Pedro Franco, que tocou violão durante seis anos na banda de Maria Bethânia.

Partitura do grupo Roda de Choro, com João Madruga no violão sete cortas; Lupe Fernandes no bandolim; Jonathan Dalmonte no acordeon e Manuel Macedo no pandeiro (foto na página anterior)



## Caldo musical

Foto: Laura Horst



Carlos Branco

Esse ritmo nasceu no século 19, a partir da “forma abasileirada” de tocar ritmos europeus “como a polca, o xote e a própria valsa”, explica Branco. Uma espécie de expressão “swingada” de gêneros que, no final das contas, deu origem ao mais novo patrimônio imaterial da nossa cultura.

De fato, o Choro não nasceu

no morro, mas pelas mãos de músicos considerados virtuosos, de formação erudita sólida, e que, pelos anos de 1870, se reuniam em rodas de música nos bairros da Cidade Nova, Catete, Rocha, Andaraí, Tijuca, Estácio e nas vilas do centro antigo do Rio de Janeiro. Ao executarem os ritmos europeus que aprenderam em conservató-

rios, esses músicos deixaram fluir a sonoridade predominante da então capital do Império do Brasil, os batuques, cateretês e lundus das almas africanas.

“O Choro montou esse caldo musical que é o Brasil. Ele que começou isso, né? E aí, pode-se ver que está até no Axé da Bahia. Está em tudo”, sintetiza Branco.

## Chorão, o primeiro nome do sambista

Originado na musicalidade das ruas, o Choro subiu aos morros cariocas à medida que se popularizou na cidade. Lá, encontrou afrodescendentes livres e ex-escravizados que, na busca por reproduzir as rodas de música do centro do Rio, deram origem a uma forma improvisada de tocar,

com base em instrumentos de percussão. Muitos desses músicos não tinham acesso a instrumentos musicais e formação, mas lhes sobravam intuitividade e sensibilidade artística. Pelas suas mãos, do Choro nasce o Samba.

A paternidade, no entanto, não foi esquecida inicialmente. Aquele

que hoje é conhecido como sambista, na época era chamado de chorão. Porém, entre os músicos há um dito popular, lembra Márcio Gobatto: “Quem toca choro, toca todo tipo de música. Agora, não é todo tipo de músico que pode tocar o choro”.

Não se trata de sofisticação, mas de “um nível de execução

mais complexo”, que, muitas vezes, foi a tábua de salvação nos altos e baixos do gênero, esclarece Gobatto. “Vários desses músicos de Choro tiveram que tocar rock na época da Jovem Guarda. Acabaram trocando o bandolim e o violão pela guitarra elétrica para poder sobreviver”, acrescenta Branco.

## Chorões clássicos e a nova geração

Jessé Silva, Plauto Cruz, Octávio Dutra, Lúcio do Cavaquinho, Avendano Júnior, Dante Santoro, entre outros, estão entre os gaúchos que são expoentes do Choro. Eles não viveram para ver esse gênero musical ser registrado no Livro das Formas de Expressão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mas deram contribuições expressivas para que isso ocorresse.

Embalada pela ascensão do Choro à condição de patrimônio imaterial, a nova geração está mais do que nunca empenhada em dar continuidade ao legado dos “chorões” clássicos. Gobatto identifica Matias Pinto (violão de cordas) e Elias Barboza (bandolim), ambos de Porto Alegre, como

novos expoentes do gênero.

Ele destaca eventos pelo interior do estado, como o Festival de Choro da Serra Gaúcha, cuja terceira edição será realizada de 2 a 4 de agosto, em São Francisco de Paula, e o Festival do Choro de Pelotas, no Dia Municipal do Choro, 11 de novembro.

O gênero musical que deu origem ao samba encontra muitos aficionados entre os pelotenses. Afinal, a cidade portuária do Passo dos Negros tem um filho ilustre no Choro: o falecido chorão Avendano Júnior, que tocou com o Jacó do Bandolim. “Tocava na noite em Pelotas. Depois que ele faleceu, vários outros grupos surgiram e o Choro de Pelotas se consolidou com o surgimento de muitas rodas de choro”, ressalta Gobatto.

Foto: Leonardo Savaris



Márcio Gobatto



FRAGA

## Crédito a cadáveres

*O gerente da instituição foi rápido na análise da situação: ao ver que o morto recusava assinar o pedido, indeferiu a solicitação*

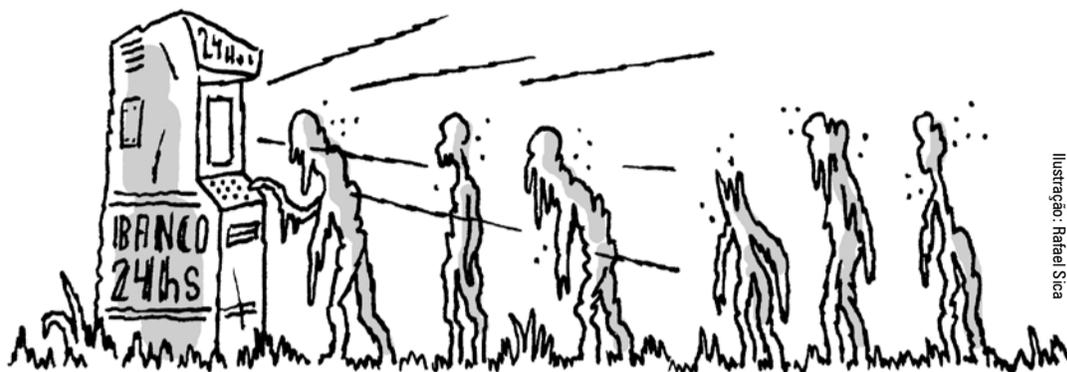


Ilustração: Rafael Sica

A vida, que já anda onerosa para os vivos (só os mais vivazes e vivaldinos vivem bem), agora já aperta o cinto dos mortos. Um deles, padecendo de agruras financeiras após a morte, foi levado a um banco para tentar aliviar a penúria do além. (Antes, morriam de tanto pagar prestações dos empréstimos.)

O gerente da instituição foi rápido na análise da situação: ao ver que o morto recusava assinar o pedido, indeferiu a solicitação. O funcionário achou a operação arriscada demais. Fez bem ele: imagine favorecer alguém cuja linha da pobreza está lá embaixo, a sete palmos. Esse gerente de visão vai longe na carreira.

Diante dessa investida mortal para o faturamento seguro, os bancos correram a consultar a Febraban. Fizeram muito bem: ela é a sua entidade maior, a imbatível defensora de todos os lucros bancários pela eternidade afora. O conselho, obviamente protetor, veio em duas palavras: Nunca! Jamais! (Percebe-se aí alguma influência do espírito de Edgar Allan Poe que, aliás, viveu sempre endividado e maltratado pelos bancos americanos, que só lhe respondiam never more).

Com a cautelosa decisão da federação nacional dos bancos, eles se negam a conceder quaisquer empréstimos a defuntos. E, vigilantes que

são, nem a pessoas em coma, em estado vegetativo ou apenas portadoras de catalepsia darão atenção. Ao contrário: vão instalar na entrada das agências detectores de cadáveres, ou de qualquer um que não respire mais. Fazem bem, ora essa.

E como Deus fecha uma porta, mas sempre abre pelo menos um alçapão, agora são as funerárias que cogitam essa nova fatia de mercado. Elas se consideram, com toda razão, o ramo empresarial que melhor conhece essa clientela. Reconhecem que lhes falta noutro sobre os juros nos empréstimos, porém confiam no seu tino comercial. Afinal, sabem exorbitar ao máximo os preços dos caixões e serviços funerários. Fazem bem: cliente morto não chora.

Com a oportunidade desse negócio paralelo, as funerárias do país se animam. Atentam, inclusive, para as possibilidades de atendimento de clientes falecidos há muito tempo, sejam múmias ou não. Mortos milionários ou célebres seriam aceitos como avalistas, uma garantia que os bancos nem vislumbraram. A Associação dos Fabricantes e Fornecedores de Artigos Funerários (AFFAF) saberá tirar proveito dessa nova área, quem sabe, mais lucrativa que os próprios óbitos.

Neste cenário animador, não faltam descontentes: os crematórios. Não há como emprestar dinheiro para alguém tão queimado no mercado.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



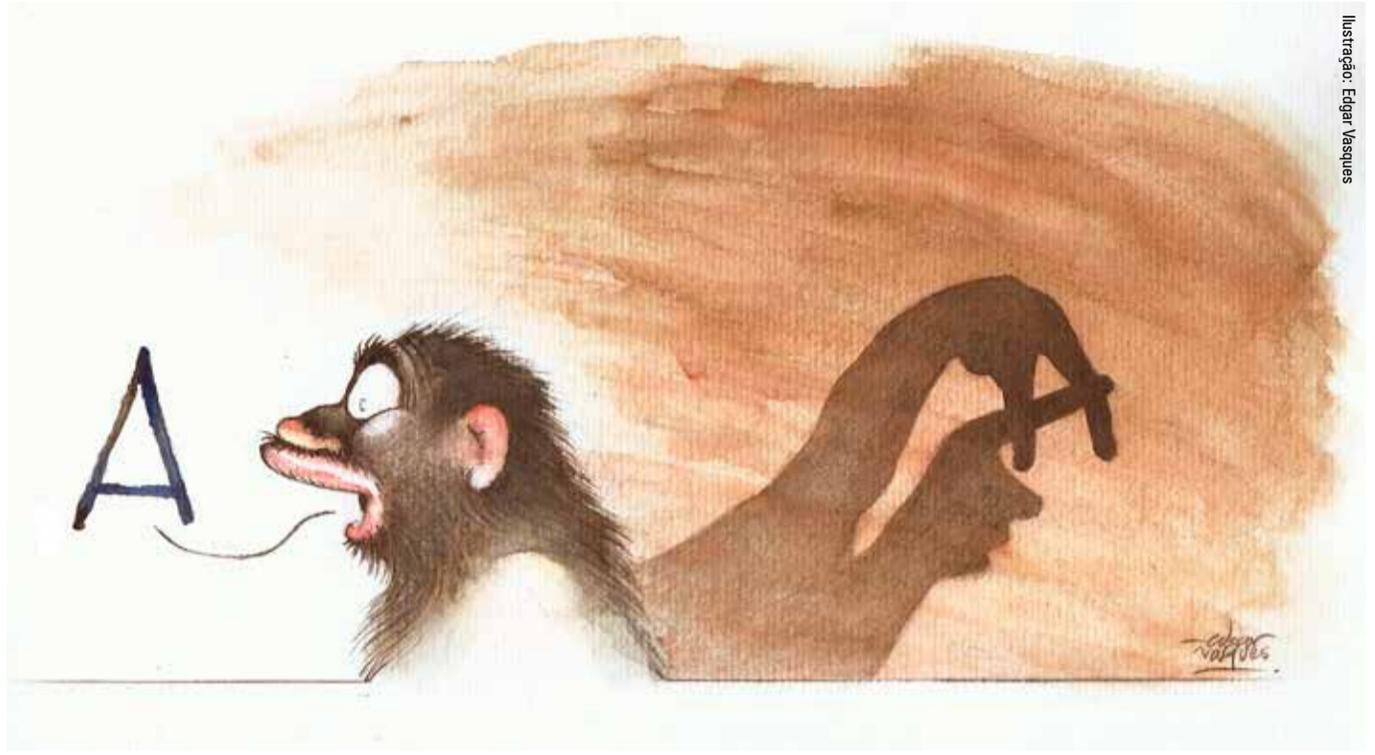
RANGO / EDGAR VASQUES





# Sinais e ruídos

*O ser humano desenvolveu a fala por um acidente anatômico e assim virou gente ou a linguagem foi uma etapa lógica da sua evolução, porque para ser gente só faltava falar?*



Confesso que tenho uma certa implicância com as pessoas que fazem aspas com os dedos. Você as conhece: quando querem mostrar que uma palavra da frase que estão dizendo deve ser entendida como sendo entre aspas, levantam as mãos e imitam o sinal gráfico com dois dedos de cada mão, um par de aspas gestuais em cada ponta da palavra dita, que paira, invisivelmente, à sua frente. Muitas vezes, sacodem os dedos para enfatizar as aspas. As que sacodem os dedos são as piores. Mas já me disseram que o hábito é uma apropriação de sinais escritos pela fala que pode ser a precursora de outras formas de integração das duas linguagens. Por exemplo: três estocadas do dedo indicador no ar no fim de uma frase, significando reticências, ou uma rápida meia-lua com o dedo, talvez acompanhada de um ruído qualquer, como “suish”, para mostrar onde entrou uma vírgula. Estocada e “suish”, ponto e vírgula. Um golpe horizontal com a mão espalmada significaria travessão, o mesmo golpe mais curto significaria hífen e um decidido golpe de cima para baixo, na diagonal, acabaria com qualquer dúvida sobre se aquele “a” falado é com crase ou não. Além de gestos, as pessoas podem usar o tom de voz ou a postura do corpo para transmitir como seria a palavra se, em vez de dita, ela fosse escrita: um tom soturno denotaria uma palavra em negrito, uma inclinação do corpo indicaria que a palavra é em grifo, ou itálico.

Etcetera, etcetera.

Dizem que o homem é o único animal que fala pela mesma razão que é o único animal que se engasga. Algo a ver com a localização da laringe. Ou é da faringe? Enfim, algo no homem lhe dá o dom da expressão verbal que nenhum bicho tem, mas os bichos, em compensação, nunca se veem na situação embaraçosa de dizer o que não deviam ou se engasgar na mesa. O fato também sugere uma questão: foi a necessidade que o homem – ou, mais provavelmente, a mulher – sentiu de falar que determinou a eventual localização privilegiada da laringe, ou foi o acaso da laringe humana evoluir como evoluiu que determinou a fala? Sabe-se que a vida surgiu na Terra porque a combinação de condições – a nossa distância do Sol e a relação dos elementos na nossa sopa primeva – eram as ideais para haver vida. Isto foi um acaso que só aconteceu aqui e todo o resto do Universo é apenas um bonito cenário de fundo para a nossa excepcionalidade, ou o acaso se repetiu

em várias galáxias? O ser humano desenvolveu a fala por um acidente anatômico e assim virou gente ou a linguagem foi uma etapa lógica da sua evolução, porque para ser gente só faltava falar?

O próprio Darwin chegou a especular que a fala começou como pantomima, com os órgãos vocais inconscientemente tentando imitar os gestos das mãos. O que, de certa maneira, redime as aspas com os dedos, pois as aspas seriam anteriores à fala e não uma irritante novidade. A linguagem oral teria se desenvolvido porque, antes da invenção do fogo, a linguagem gestual não era vista no escuro e as pessoas, ou as pré-pessoas, não podiam se comunicar. A linguagem é filha da noite! Teorias estranhas sobre a origem da linguagem não faltavam. No século 17, um filólogo sueco afirmou, com certeza, que no Jardim do Éden Deus falava sueco, Adão falava dinamarquês e a serpente falava francês. Sempre a má vontade com os franceses. Na sua infância – a palavra “infância”, por sinal, vem do latim “incapacidade de falar” – a humanidade não produzia palavras, mas, certamente, produzia sons, e uma das teorias sobre o nascimento de fonemas é que o ser humano teria começado a imitar os sons dos animais para identificá-los e que esta foi a última vez em que o mundo teve uma linguagem comum. Foi chamada de “teoria bow wow”, e o nome já a desmentia, pois “bow wow” é como latem os cachorros anglo-saxões, enquanto os luso-brasileiros fazem “au-au” e os japoneses, segundo os japoneses, “bau-bau”.

A única linguagem comum a toda a humanidade é a dos ruídos involuntários do nosso corpo e o mundo, ou pelo menos a diplomacia, estaria em melhor estado se tivéssemos desenvolvido a capacidade de nos expressar com eles. Toda a espécie humana espirra e tosse da mesma maneira, não há como variar a pronúncia de um arrotto e nada simboliza melhor a nossa igualdade intrínseca do que o pum, que todos dão da mesma maneira, não importa o que digam do pum alemão. Reuniões internacionais em que a comunicação se desse por meio dos nossos ruídos elementares, certamente, acabariam em entendimento e paz. E sem a necessidade de intérpretes.

Porque a verdade é que quando hoje se fala na linguagem humana como o que nos fez superiores aos animais e nos trouxe a civilização, esse “superior” e essa “civilização” são entre aspas.

“

Quando professores pedem silêncio,  
é para ensinar.

Quando querem silenciar professores,  
é para censurar a educação.

Defenda uma educação plural, inclusiva e democrática.

LIBERDADE  
DE ENSINAR E  
APRENDER

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão